

# ALIANÇA

**CGTP-IN**

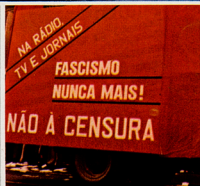
ANO 5 - Nº 40/41 - OUTUBRO/NOVEMBRO 1980 — PREÇO 30500



- ENTREVISTA COM O CORONEL PEZARAT CORREIA
- DESTACÁVEL SOBRE OS 10 ANOS DA CGTP-IN
- ALVARO RANA ANALISA A SITUAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL INTERNACIONAL
- A PROPÓSITO... DOS ACONTECIMENTOS NA POLÔNIA
- UM POETA, UM MÚSICO, UM CANTOR:  
GOMES FERREIRA, LOPES-GRAÇA, ZECA AFONSO
- FESTIVAL DA FIGUEIRA DA FOZ

ANTONIO MOTA  
CAMPOS MARÇAL  
DANIEL CABRITA  
FERREIRA GUEDES  
JOSE PINELA  
MANUEL LOPES

Debatem:  
Os 10 ANOS  
da CGTP-IN







## EDITORIAL

2

## EM FOCO

4

As eleições de 5 de Outubro; Trabalhadores lutam contra projecto sobre horários de trabalho; Encontro de jovens agrícolas; Jornalistas em luta; Centenário de Alexandre Vieira

## ENTREVISTA

Pezarat Correia entrevistado pelo director da ALAVANCA

7

## EM DIRECTO COM LEITORES

10

## CGTP-IN, 10 ANOS DE LUTA

11

Debate - Sindicalismo ontem e hoje; Manuel Lopes, Daniel Cabrita, Campos Marçal, António Mota, Ferreira Guedes e José Pinela

12

10 Anos na Condução de Lutas

17

As Conquistas Económicas e Sociais do 25 de Abril

20

A Intervenção Sindical na Orientação Económica

24

Depolimentos

25

Comemorações do 10.º Aniversário

26

Um poeta, um músico, um cantor:

Gomes Ferreira, Lopes-Graça, Zeca Afonso

28

## HISTÓRIA DO MOVIMENTO SINDICAL

As actas das reuniões intersindicais

29

A participação dos juristas democratas na actividade da CGTP-IN

32

## INTERNACIONAL

Entrevista com Álvaro Rana

33

A propósito dos acontecimentos na Polónia

34

A Turquia e os militares

36

Congresso do TUC

37

Reunião Cimeira CMT-FSM

37

## MAGAZINE

Cinema Português na Figueira da Foz

38

Até sempre... Santareno

40



# ALAVANCA

ÓRGÃO CENTRAL DA  
CONFEDERAÇÃO GERAL  
DOS TRABALHADORES PORTUGUESES  
INTERSINDICAL NACIONAL

## editorial

Este número do Alavanca, no seu conteúdo e na sua forma, tem como objectivo fundamental associarmo-nos às comemorações do X Aniversário da CGTP-IN. São dez anos de vida iniciada na luta contra o fascismo e prosseguida, depois, nos exaltantes caminhos abertos pelo 25 de Abril. Tem a CGTP-IN, por isso, uma experiência adquirida em situações diversificadas e, essa experiência, no momento actual, assume uma particular importância.

Com efeito, os resultados das eleições para a Assembleia da República, que confirmaram e alargaram a maioria dos deputados da "AD" naquele órgão de Soberania, vieram criar a necessidade do Movimento Sindical,

sem a  
adapta  
criada  
claram  
grande  
As des  
Secret  
referin  
demora  
para fa  
contra  
trabalh  
Na hor  
trabalh  
mais o  
a defe



### Director

José Luis Judas

### Fizeram este número

A. Vicente Campinas  
Augusto Silva  
Elisabete França  
Eugénio Rosa  
Fernando Mauricio  
João Silva  
José M. Santos  
Maria Rosalina Labaredas  
Vasco Cal

### Redacção e Administração

R. Victor Cordon, 1, 2.<sup>o</sup>  
1294 Lisboa Codex

### Composição e Impressão Heska Portuguesa

Tiragem  
deste número  
12 500 exemplares

Esta edição  
contém 40 páginas

sem abdicar dos seus objectivos de classe, adaptar a sua luta às novas condições criadas pela existência de um poder político claramente favorável aos objectivos do grande patronato.

As decisões tomadas na reunião do Secretariado da CGTP-IN, a que nos referimos noutra local do Alavanca, demonstram que o MSU tem capacidades para fazer face à ofensiva que se avizinha contra os interesses e conquistas dos trabalhadores.

Na hora presente, a unidade dos trabalhadores e de todos os democratas é, mais do que nunca, factor essencial para a defesa do regime democrático e, por isso

mesmo, não se compraz com os projectos divisionistas de uns, nem com o sectarismo de outros.

É à luz dessa unidade que os trabalhadores devem analisar os acontecimentos que se dão na vida nacional, incluindo o importante problema das eleições presidenciais. Esperamos que o bom senso e o realismo imperem no campo das forças democráticas e permita que o Presidente da República a eleger esteja, firme e inequivocamente, identificado com o regime democrático, saído do 25 de Abril.

Se assim for, estamos certos de que, com a luta dos trabalhadores, as dificuldades que se nos apresentam serão superadas.





## O resultado das eleições e as tarefas do Movimento Sindical

Os órgãos de direcção da CGTP-Intersindical Nacional procederam à análise da situação político-sindical resultante das eleições para a AR, tendo chegado às seguintes conclusões:

### UM ERRO: MANTER O GOVERNO AD NO PODER

Face à política antipopular e antidemocrática desenvolvida pelo Governo AD desde os primeiros dias, a CGTP-IN, de acordo com a vontade e os anseios dos trabalhadores e ciente dos graves riscos que decorriam da sua manutenção no Poder, exigiu, desde Abril passado, a demissão deste Governo claramente identificado com os interesses do grande patronato, dos latifundiários e dos sectores mais reaccionários da sociedade portuguesa.

As hesitações de certas forças e sectores democráticos que acreditaram em ganhos eleitorais decorrentes do desgaste do Governo, não correspondendo portanto àquela justa exigência dos trabalhadores, permitiram que o Governo AD tivesse tido tempo para, com objectivos puramente eleitoralistas, dar satisfação parcial a um conjunto de reivindicações de carácter social pelos quais os trabalhadores há muito lutavam e que apresen-

tou, demagogicamente, como medidas de sua iniciativa.

As organizações divisionistas, nomeadamente a chamada UGT, têm pesadas responsabilidades, pelo contributo dado para confundir largos sectores de trabalhadores de serviços e quadros técnicos, fazendo-lhes crer que têm interesses de classe diferentes dos restantes trabalhadores, criando

obstáculos à unidade para a defesa dos interesses comuns.

### INTERVENÇÃO DA CGTP-IN NAS ELEIÇÕES

Foi graças à luta tenaz dos trabalhadores e da CGTP-IN que o Governo viu a sua acção desmascarada perante grandes sectores da população e se viu

À saída da reunião do Secretariado, Alavanca ouviu **ARMANDO TEIXEIRA DA SILVA**, coordenador da Comissão Executiva do Secretariado, que nos disse: «O Secretariado da CGTP-IN considera que a actual situação política não altera as linhas de força do Movimento Sindical. Continuaremos a luta de resistência às forças que tentam pôr em causa os direitos dos trabalhadores e o regime democrático. Consideramos que a actual situação exige o reforço e o alargamento da unidade entre todos os trabalhadores em torno do seu Movimento Sindical, unidade que assenta na identidade de interesses de classe».



obrigado a recuar em muitas medidas impopulares antes anunciadas.

A manutenção e o reforço da maioria parlamentar da AD, que continua a não ter a maioria do eleitorado, resultou, também, apesar de outros factores, da não apresentação de uma alternativa eleitoral do conjunto das forças democráticas, que se constituiu como alternativa política séria, concreta e crível para os olhos dos portugueses.

A intervenção do movimento sindical unitário, quer no combate e desmascaramento das acções do Governo AD, quer na participação na campanha eleitoral — sobretudo através da realização de centenas de plenários de empresa —, foi factor que contribuiu, não só para reduzir a vitória eleitoral da AD, mas também para criar uma dinâmica de unidade entre os trabalhadores.

A manutenção e reforço da maioria parlamentar da AD, os seus objectivos já declarados de dominar todos os órgãos do Poder, confirmam as suas reiteradas intenções de restaurar o poder económico e político dos monopólios e dos latifundiários, de subverter o regime democrático e constitucional nascido do 25 de Abril.

#### A UNIDADE DOS TRABALHADORES É IMPERIOSA

Perante tais ameaças e perigos tão concretos, a situação exige o reforço e alargamento da unidade entre todos os trabalhadores, em torno do seu movimento sindical.

Esta unidade assenta, não numa base político-partidária mas numa base social, identificada por interesses de classe. Nesta perspectiva, nenhum trabalhador é, ou pode ser, marginalizado ou excluído da acção do MS.

**Imperioso se torna fomentar e dinamizar a mais larga participação de todos os trabalhadores, desenvolver e aprofundar a democracia interna, tomar medidas firmes e concretas de combate ao sectarismo e ao obreirismo e a todas as suas manifestações.** A CGTP-IN continuará a combater todas as acções divisionistas e cisionistas, aberta, no entanto, à discussão com as organizações sindicais representativas, desde que haja, como objectivos comuns, a defesa dos interesses dos trabalhadores e do regime democrático consagrado na Constituição, com todas as suas características fundamentais.

#### PREPARAR A RESISTÊNCIA

O Secretariado Nacional e o Conselho Geral aprovaram um conjunto de medidas, com vista a melhorar o trabalho de direcção e acção do MS: reforço da organização a todos os níveis e, em particular, nas empresas; definição dos objectivos e priori-

dades de acção; reforço das frentes de luta.

Continua a ser a batalha fundamental a defesa da Constituição e dos direitos, liberdades e garantias nela consagrados, como forma de defender os interesses dos trabalhadores e o regime democrático. Neste momento, constituem importantes frentes de luta: a efectiva participação do MS nas decisões económicas e sociais e em todas as grandes decisões de carácter político que digam respeito aos trabalhadores, o combate ao esquema governamental de alteração dos horários de trabalho, contra os contratos a prazo, os despedimentos, o desemprego e a repressão patronal, pela reestruturação e funcionamento eficaz da Inspec-

ção do Trabalho e dos Tribunais de Trabalho.

No que respeita à contratação colectiva, foi decidido dinamizar e aprofundar a acção dos sindicatos, com vista a assegurar aos trabalhadores a revisão periódica e actualizada dos seus contratos.

Foi ainda decidido incrementar a formação sindical de dirigentes e delegados, com vista a aumentar os quadros sindicais, quantitativa e qualitativamente.

A CGTP-IN saúda os trabalhadores, activistas e dirigentes sindicais pela acção que têm desenvolvido e compromete-se a defender, palmo a palmo, os seus interesses e conquistas, utilizando todos os direitos garantidos pela Constituição da República.

## Trabalhadores lutam contra projecto sobre horários de trabalho

O projecto de decreto-lei «sobre duração e organização temporal do trabalho», que o governo publicou evocando a «humanização do trabalho» é pior que a lei anterior de 1971.

Os trabalhadores têm manifestado o mais vivo repúdio perante tal projecto que vem permitir que o trabalhador possa trabalhar efectivamente 55 horas por semana e 12 horas por dia. Permite ainda a abertura ao domingo dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços, o que agrava as condições de vida familiar e social dos trabalhadores do comércio.

O projecto introduz a noção de «duração efectiva de trabalho», a contração da noção de trabalho extraordinário e a redução das retribuições devidas a trabalho em regime de turnos, alarga o âmbito dos poderes da entidade patronal para estabelecer os horários, aniquilando o papel dos sindicatos e das autarquias locais nesta matéria.

Por todas estas razões os trabalhadores estão em luta, movimentando-se por todo o país, em especial os trabalhadores do comércio e serviços e os dos transportes, sectores que seriam os mais afectados se tal projecto de decreto-lei fosse aprovado.

No comércio seria aniquilada a «semana inglesa» por que os trabalhadores tanto lutaram, além de ser possível a um patrão obrigar os trabalhadores (vigilantes, por exemplo) a cumprir sempre horários de 16 horas. Nos transportes, um motorista, por exemplo, poderia ver descontado no tempo de trabalho o período correspondente à descarga do veículo que lhe é confiado.

As Federações Sindicais destes dois ramos têm desenvolvido intensa actividade e a luta vai continuar com o apoio de toda a organização sindical, até porque em alguns aspectos o projecto de decreto-lei afecta direitos de trabalhadores de todos os ramos.



Dirigentes sindicais do Comércio e Serviços de todo o país, concentrados no Ministério do Trabalho onde expressavam o seu repúdio pelo projecto de decreto-lei sobre duração e organização do trabalho.



Concentração na Gulbenkian, em 5 de Outubro, de jornalistas e seus dirigentes sindicais, durante uma paralisação simbólica de meia hora

## Jornalistas em luta

Os jornalistas portugueses têm estado em luta, como é do conhecimento público, devido ao impasse surgido na negociação do seu CCT. O conflito teve origem na intransigência dos interlocutores - Governo e Associações patronais - quer em relação à reivindicação salarial de 35%, quer à negociação de cláusulas no âmbito dum enquadramento profissional através do qual a classe visa dignificar uma profissão degradada a diferentes níveis.

Após dois dias de greve, em Setembro passado, na imprensa escrita e radiodifusão (na RTP, também

em luta, existe um ACTV), cuja adesão foi de 85%, os jornalistas prosseguiram com uma acção de agitação na noite das eleições, cujo principal centro foi a Fundação Gulbenkian. Ali, durante 30 minutos de paralisação com concentração, no átrio, de dirigentes sindicais e trabalhadores, foi divulgado um comunicado à opinião pública.

Entretanto, os jornalistas deliberaram endurecer a luta, mandando a direcção sindical no sentido de criar condições adequadas à sua eficaz continuação e estudar a sua coordenação com outros sindicatos do sector. Nas negociações, o Governo voltou a manifestar a maior intransigência e prepotência; concretamente: «prometeu» uma portaria com tabela salarial englobando aumento máximo de 20% (quando a CNS já tinha reduzido a reivindicação a 27%), recusou integrar um grupo de trabalho misto para estudo da aplicação (por fases) das cláusulas relativas ao enquadramento e excluiu os jornalistas da RDP.

Perante esta nova rotura, o S. J. pediu uma audiência ao 1.º Ministro (o primeiro pedido, em Agosto passado, não encontrara eco).

E a luta continua. Uma luta com a qual a redacção da ALAVANCA tem estado solidária.



### Centenário de Alexandre Vieira

Em 10 de Setembro último, passou o centenário de uma grande figura do movimento sindical português, Alexandre Vieira.

Uma delegação da CGTP-IN esteve presente na breve cerimónia que se realizou junto ao seu túmulo.

A ALAVANCA presta homenagem à memória deste sindicalista, dirigente do Sindicato dos Compositores Tipográficos, fundador e dirigente da União Operária Nacional e mais tarde da Confederação Geral de Trabalhadores.

## 2.º Encontro dos Jovens Operários Agrícolas de Évora

O 2.º Encontro dos Jovens Operários Agrícolas do Distrito de Évora foi uma importante jornada de unidade e luta que mostrou bem a convicção e o interesse da juventude agrícola na defesa da Reforma Agrária, do regime democrático e da Constituição de 25 de Abril.

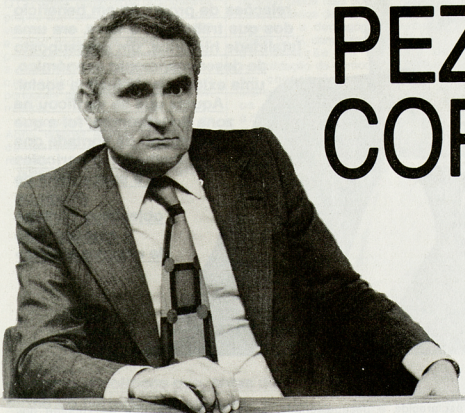
Face à ofensiva do governo AD, os jovens agrícolas reafirmaram a disposição de utilizar todos os meios constitucionais para defender a Reforma Agrária, com paralisações, concentrações, manifestações, recolha de frutos pendentes, trabalho nas herdades abandonadas ilegalmente retiradas às cooperativas, exigir o fim da criminosa ofensiva contra a Reforma Agrária e a retirada da GNR nos processos de reservas, exigir a expropriação dos latifúndios por expropriar, entregando essa terra aos trabalhadores agrícolas e aos agricultores sem terra, intensificar a luta contra o desemprego, pelo direito ao trabalho para todos os trabalhadores, sejam adultos ou jovens, para o que decidiram reforçar as delegações sindicais de freguesia e de concelho, criando para isso, desde já, comissões concelhias de jovens de apoio ao Sindicato.

Decidiram ainda que seja dado um maior apoio à Juventude no campo cultural e desportivo, sendo para o efeito chamado um jovem para junto das direcções das UCP's com a missão específica de coordenar os restantes jovens para tal tarefa importante no campo social.

Decidiu também o Encontro dos Jovens Operários Agrícolas intensificar a luta contra a repressão patronal, exigir o cumprimento da contratação colectiva de trabalho, e o respeito pelos direitos, interesses e regalias sociais dos jovens e dos trabalhadores em geral.







# PEZARAT CORREIA

**«O 25 de Abril  
nunca teria sido possível  
sem a acção desenvolvida  
pelos trabalhadores,  
na resistência contra  
a exploração,  
na conquista de  
direitos sociais»**

**ALAVANCA** – A CGTP-IN comemora este mês o seu 10.º aniversário.

Como «Capitão de Abril» como aprecia o papel da CGTP-IN na criação de condições para o 25 de Abril e o seu contributo no processo revolucionário que então se iniciou?

**PEZARAT CORREIA** – Esta questão remete-nos para a génese do 25 de Abril, suas causas e motivações e mesmo para o seu significado. Muito se tem escrito já sobre isto, por enquanto dum forma bastante dispersa, mas que constitui já uma significativa contribuição para o património que permitirá amanhã fazer a História deste período tão rico do Portugal do séc. XX.

Dado que as limitações de desenvolvimento, naturais no contexto dum entrevista, não me permitem ir mais longe, resumirei dizendo que o 25 de Abril, mesmo na sua expressão inicial de golpe militar com conteúdo progressista, organizado por oficiais das Forças Armadas, na sua grande maioria oriundos da média burguesia, nunca teria sido possível sem o concurso dum série de factores que, conjugados, foram determinantes

para a consciencialização política desses oficiais.

Sem pretender ser exaustivo, salientarei a prolongada resistência antifascista dos democratas portugueses e o consequente aperfeiçoamento do aparelho repressivo salazarista-caetanista; a luta pela libertação dos povos das colónias portuguesas e a intensificação da repressão colonial levada ao limite dum longa guerra; o persistente combate da intelectualidade portuguesa, na qual inclui as lutas estudantis, na sua campanha contra o obscurantismo cultural; por último, não por menor importância mas apenas para pôr em destaque dado que é o objecto da sua pergunta, a acção desenvolvida pelos trabalhadores, na resistência contra a exploração, na campanha organizativa das associações de classe, na conquista de direitos sociais. Neste contexto, é indimentável o papel fundamental destes, com a luta permanente, para a progressiva tomada de consciência do que viriam a ser os capitães de Abril, que desembocaria na convocação de que o derrube do regime fascista era um imperativo patriótico e uma exigência da sua condição de militares. Papel esse que consistiu também na

sistemática alimentação das contradições do próprio regime, no desgaste do aparelho ideológico e repressivo e, por isso mesmo, na acumulação de condições favoráveis ao seu derrube.

Daqui decorre, naturalmente, a resposta à segunda parte da questão que colocou.

Uma vez derrubado o regime pelo golpe militar e dado o conteúdo progressista deste, isto é, sendo a sua proposta a recusa da substituição dum regime ditatorial por um poder oligárquico militar, assegurador do anterior *statu quo* económico-social, foi espontaneamente seguido dum entusiasmo adesão popular, que gerou uma dinâmica libertadora e transformadora do golpe de Estado em revolução, termos que emprego conferindo-lhes a interpretação sociológica que os define. Também aqui, na gestação deste fenómeno, foi decisiva a adesão dos trabalhadores, por iniciativa própria ou através das associações de classe, no que foi marco saliente a grandiosa manifestação do 1.º de Maio de 1974, ponto de partida para todo o movimento reivindicativo e participativo que se lhe seguiu.



**«A reforma agrária, portadora dum projecto de transformação das relações de produção em benefício dos que trabalham a terra, era uma fatalidade histórica, um pressuposto de desenvolvimento económico, uma exigência de justiça social. Aquela que se verificou na zona do latifúndio, foi a que resultou da vontade dos trabalhadores agrícolas e é susceptível de atingir os objectivos comuns a qualquer tipo de reforma agrária.»**

**ALAVANCA** – O programa do MFA propunha-se desenvolver «uma política antimonopolista» ao serviço das «camadas mais desfavorecidas». Considera-se satisfeito em relação ao eventual cumprimento destes objectivos?

**PEZARAT CORREIA** – Quando me referi ao conteúdo social progressista do Movimento das Forças Armadas, pensava exactamente nessa e noutras passagens do Programa do MFA.

Mas eu evitaria a questão em termos de estar ou não satisfeito quanto ao cumprimento dos objectivos.

A vida é dinâmica e dialéctica e a própria obtenção de determinadas metas arrasta a imediata abertura de novos horizontes e coloca a exigência de novos objectivos.

Acréscce que o nosso processo revolucionário se tornou num movimento fortemente acelerado em que sucessão de metas chegou a ser vertiginosa.

Eu diria, portanto, que se deram passos decisivos no sentido da transformação da sociedade portuguesa e que se abriram perspectivas de progresso que marcaram profundamente os portugueses. De tal forma que o passado não voltará jamais e há hoje capacidade para duma forma

esclarecida e desapaixonada, se analisar como e porquê não se conseguiu aquilo que era possível, e quais os objectivos que, por serem de conquista mais longínqua ou faseada, não devem ser tentados prematuramente.

**ALAVANCA** – O Sr. Coronel acompanhou o desenvolvimento da R.A. como comandante da zona militar sul. Como aprecia em termos de progresso social e factor de desenvolvimento económica a R.A.?

**PEZARAT CORREIA** – Sobre a reforma agrária, tema que me é tão caro, tenho-me debruçado em análises mais detalhadas, pelo que me é difícil fazer-lhe referência em meia dúzia de palavras.

Numa síntese muito breve e indo directo ao essencial da sua pergunta, direi que a reforma agrária, independentemente do modelo que assumisse, mas sempre – sem o que não seria nunca reforma agrária – portador dum projecto de transformação das relações de produção em benefício dos que trabalham a terra, era uma fatalidade histórica, um pressuposto de desenvolvimento económico, uma exigência de justiça social. Aquela que se verificou na zona do latifúndio, foi

a que resultou da vontade dos trabalhadores agrícolas e é susceptível de atingir os objectivos comuns a qualquer tipo de reforma agrária.

A Constituição da República de 1976, acolheu-a, nas suas linhas mestras, tal como se tinha desencadeado e os resultados de todos os actos eleitorais desde 1976 têm demonstrado, a qualquer observador de boa-fé, que as camadas das populações por ela directamente afectadas, lhe dão uma iniludível adesão e rejeitam todas as tentativas de a destruir ou desfigurar o seu modelo.

Através da «Lei Barreto», já por si, em minha opinião, claramente inconstitucional, mas principalmente através duma acção fraudulenta, artificiosa e violenta, a pretexto da sua aplicação, desencadeou-se um despuadorado e feroz ataque contra a reforma agrária, contra as suas estruturas materiais e humanas, com um objectivo claro, que além de afrontar abertamente a Constituição, é socialmente aberrante, economicamente ruinoso e factualmente criminoso.

**ALAVANCA** – Pela sua acção na defesa do regime democrático consagrado na Constituição o CR tem sido alvo do ataque das forças

políticas e sociais que pretendem a instauração dos monopólios e dos latifúndios. Como pode o Povo português estar seguro que o eventual desaparecimento do CR não significa o voltar ao antes do 25 de Abril?

**PEZARAT CORREIA** - Penso que, como membro do CR não devo pronunciar-me sobre essa matéria. O CR existe, como órgão de soberania próprio dum período de transição, por vontade dos Constituintes de 1976 e serão portanto os deputados com poderes e revisão constitucional a eleger em 5 de Outubro, que terão capacidade delegada do povo português para deliberar sobre essa matéria.

Como cidadão e homem do 25 de Abril, adianto apenas um pequeno comentário que é também uma reflexão.

A legitimação do CR como órgão de

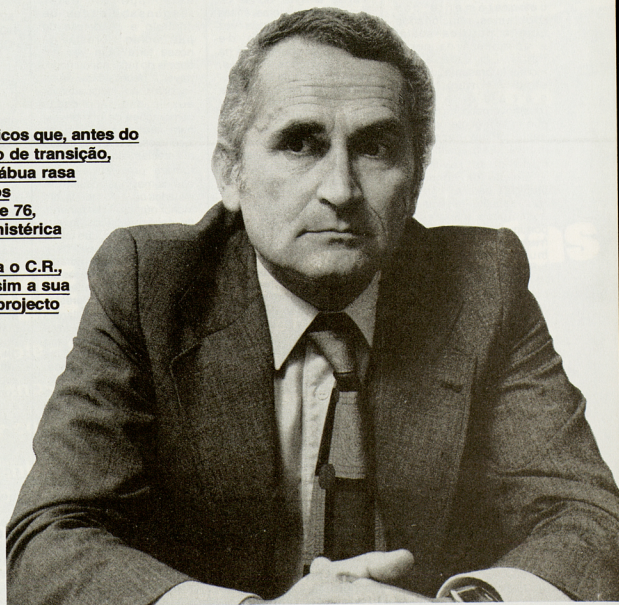
soberania e cometimento, entre outras, da missão de «garante da fidelidade ao espírito da Revolução Portuguesa de 25 de Abril de 1974» significou que os constituintes consideram o período de transição decisivo para a consolidação do regime democrático e o papel do CR determinante para a sua consecução.

Os grupos políticos que, antes do termo do período de transição, alguns fazendo tábua rasa dos seus próprios compromissos de 76, encetaram uma histórica e demagógica campanha contra o CR, denunciaram assim a sua demarcação do projecto de consolidação da democracia, na qual, em consequência, não estavam interessados. Se na próxima legislatura os deputados comprometidos com a democracia e que espero estejam em maioria na Assembleia, votarem, como sinceramente desejo, por uma revisão constitucional com exclusão de qualquer órgão de soberania com os

poderes que hoje tem o CR, é porque têm razões para crer que a democracia se consolidou, que os órgãos de soberania, as autarquias, as associações de classe, têm potencialidades para a defender, que as Forças Armadas absorveram as condições para serem um aparelho totalmente integrado no estado democrático e que, enfim, o espírito do 25 de Abril vingou na sociedade portuguesa.

É o fecho dum ciclo histórico que talvez não tenha paralelo, ao longo do qual, um punhado de militares generosos, democratas, despidos de ambição pessoal, derrubaram um regime abusivo, ilegítimo e opressivo e, sem projectos de detenção do poder, participaram na criação de condições para que, através do livre jogo democrático, o povo do seu país assumisse a plena soberania e decidisse sobre o seu destino.

**«Os grupos políticos que, antes do termo do período de transição, alguns fazendo tábua rasa dos seus próprios compromissos de 76, encetaram uma histórica e demagógica campanha contra o C.R., denunciaram assim a sua demarcação do projecto de consolidação da democracia, na qual, em consequência, não estavam interessados».**



DIAS ANTÓNIO

— ORLÉANS (FRANÇA)

Tomamos conhecimento, através da sua carta de 22/8 último, que esteve em Portugal, de férias. E que durante essa estadia contactou com diversos responsáveis sindicais portugueses, em especial do Porto.

Na realidade, é sempre útil e agradável aos emigrados portugueses trabalhando no estrangeiro procurar, de viva voz, trocar impressões, informarem-se concretamente dos problemas relacionados com a política social e económica da nossa Pátria. Em especial, no momento presente, em que o povo português tem estado a ser (des)governado, da maneira que toda a gente conhece, nesta última dezena de meses. Essa política em nada pode favorecer a criação de condições propícias para o regresso, com trabalho assegurado, aos muitos milhares de portugueses emigrados em numerosos países do mundo, entre os quais a França, onde estão cerca de um milhão de nossos patrióticos.

O que nos parece necessário e urgente é que os trabalhadores portugueses no estrangeiro possam compreender correctamente quanto se passa em Portugal e se decidam a lutar a sério para ajudar à criação dessas condições no nosso país, de forma a que, se qual for o governo que se venha a formar, garanta a possibilidade de regresso à Pátria, com trabalho assegurado, alojamento decente e acesso à uma assistência social que esses mesmos trabalhadores têm nos países estrangeiros onde estão contribuindo para a riqueza dos mesmos, com seu esforçado labor.

MARIA CRISTINA DOS SANTOS OLIVEIRA — SANTARÉM

«... Porque tenho votado, desde 1975, no Partido Socialista, sinto-me à vontade para agora vir confessar que, a meu ver, e no de grande número de pessoas que conheço e que, também como eu, votaram PS, este partido não conseguiu, sobretudo enquanto foi governo, batalhar a sério, com devoção que se impunha, pela saída de leis que melhorassem, na realidade, o nível de vida dos trabalhadores portugueses. Várias amigas, donas de casa e trabalhadoras, aflitas por verificarem cada vez maior número de dificuldades económicas na vida de todos os dias, caíram no «canto da sereia» desses srs. da AD, em fins do ano passado, porque eles prometiam mudar radicalmente essa difícil situação e melhor de maneira rápida e eficiente a vida dos trabalhadores e das outras pessoas pobres. Votaram na AD e, agora, queixam-se de que foram enganadas miseravelmente, porque o custo de vida, em vez de baixar, como eles prometiam, aumentou ainda muito mais. Chegaram à conclusão que esse palavrado todo que esses srs. da AD usaram em Novembro de 1979, só tinha em vista a caça ao voto, o que conseguiram, enganando toda a gente que neles acreditou. Agora, vêm novas eleições. Mas a mim não me enganam mais. Porque não irei sequer atrás das promessas do PS. Votarei em quem me oferece mais confiança».

JOÃO MEDEIROS — VILA REAL

«... Todos os anos, pela época calma, sucedem-se os incêndios nas matas de Portugal. Este ano, também, isso está sucedendo. E é no Norte do País que tem havido

maiores danos. Mas na região de Lisboa e, até, na do Algarve, essa calamidade incendiária se tem verificado, de forma assustadora. Em vários casos de incêndio, os responsáveis dos bombeiros — que também são as grandes vítimas dessas calamidades — afirmam que esses incêndios são de origem criminosa, visto deflagrarem em vários lugares, ao mesmo tempo. Com tais incêndios, a riqueza florestal do nosso País está sendo empobrecida a olhos vistos, de ano para ano. Que têm feito as autoridades a que estão apenas estas responsabilidades de controlo e de defesa do património florestal da nossa terra? Em vez de, depois do facto consumado, haver a necessidade de se recorrer ao indispensável auxílio das sacrificadas corporações de bombeiros, para apagar e apagar os incêndios nas nossas matas e florestas, porque não se tomam providências para que os mesmos possam ser evitados ou, pelo menos, em menor número? Há milhares de desempregados, jovens em grande parte, que talvez não se importassem de ir ganhar um salário normal, durante os quatro meses em que tais calamidades do fogo nas matas e florestas se verifica, como vigilantes efectivos dessas riquezas florestais, prestando uma séria segurança contra os malfiteiros incendiários. Estou certo que o País, mesmo com essas despesas, ficaria menos pobre e que com a constatação da destruição de tantos incêndios voluntariamente ateados nas florestas portuguesas, todos os anos pela época calma. Até, penso, o exército e a aviação poderiam colaborar nessa vigilância, tão necessária ela me parece ser.

Creio que no ano passado, e até mesmo este ano, foram descobertos alguns incendiários de

florestas. Que condenação sofreram? Acho que a esses autênticos criminosos, a justiça deveria aplicar pesadíssimas penas de prisão maior, de forma a poderem servir de exemplo a candidatos a incendiários. Isso iria dissuadir, naturalmente, esses marginais, presumivelmente pagos por entidades interessadas na destabilização da situação económica, social e política da vida portuguesa, ao mesmo tempo que impediria o empobrecimento ainda mais da riqueza florestal do nosso País».

MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES — ST. JEAN-DE-LUZ (FRANÇA)

As cartas que nos escreve são sempre de uma grande objectividade e merecem a nossa maior atenção. Gratos pelas suas palavras de estímulo e admiração. Aproveitamos para transcrever pequenas passagens dessa sua carta, acerca do momento político/social português, que a amiga teve a oportunidade de verificar pessoalmente, aquando da sua vinda a Portugal por ocasião das férias e, também, por quanto dizem os jornais franceses. Lamentamos, como a amiga, que a situação política e social se tenha degradado tanto, nestes últimos dez meses. Mas outra coisa não era de esperar, de (des)governos como o que tem estado a atirar o nosso País para o abismo do «antigamente», castrando todas as iniciativas de tomar Portugal uma Nação próspera, respeitada nacional e internacionalmente, mesmo feliz. Condições para isso temos, essencialmente com a força do Povo, que é a que produz a riqueza de um país. E um povo como o nosso mereceria ser mais respeitado pelos seus (des)governantes».





# CGTP-IN: 10 anos de lutas

- Debate – sindicalismo ontem e hoje
- 10 anos na condução de lutas
- As conquistas económicas e sociais do 25 de Abril
- A intervenção sindical na orientação económica
- Depoimentos
- Comemorações
- Um poeta, um músico e um cantor: Gomes Ferreira, Lopes Graça e Zeca Afonso

A Intersindical tem 10 anos. No dia 1 de Outubro de 1970 foi convocada uma reunião sindical que veio a realizar-se a 11 do mesmo mês.

Compareceram representantes de 14 sindicatos, que discutiram problemas da contratação colectiva, horários de trabalho, liberdade de reunião e censura.

Ficou decidido fazerem-se regularmente reuniões intersindicais para se traçar uma linha de actuação comum em defesa dos trabalhadores face ao governo de Marcelo Caetano. Este liberalizara a legislação sindical no ano anterior, mas estava já a deixar cair a máscara pseudo-liberal, criando dificuldades à realização de reuniões sindicais.

Assim nascia a Intersindical visando coordenar a acção dos dirigentes sindicais que contestavam o poder fascista. Esta luta surgiu estreitamente ligada à luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho, conduzida nas empresas desde há muito.

Foi porque correspondeu às expectativas e à disposição de luta das massas trabalhadoras, que a Intersindical se impôs e subsistiu.

Foi porque os homens eleitos para as direcções sindicais, souberam com coragem e realismo, coordenar a sua acção sindical, que esta conseguiu ser eficaz.

A nossa revista convidou alguns desses homens dirigentes de 1970, para um debate sobre a fundação da Intersindical e o seu papel na defesa dos trabalhadores e da democracia. Aqui ficam os depoimentos de Manuel Lopes que em 1970 era presidente do



## DEBATE

# Sindicali s ontem e h

Sindicato de Lanifícios de Lisboa, de Daniel Cabrita, da direcção dos Bancários de Lisboa, de Campos Marçal, presidente da Mesa da Assembleia Geral do Sindicatos de Escritórios de Lisboa, de António Mota, presidente da Mesa da Assembleia Geral do Sindicato

dos Metalúrgicos do Porto, de Ferreira Guedes, presidente do Sindicato dos Bancários de Lisboa e de José Pineira, presidente do Sindicato dos Caixeiros de Lisboa, tendo os 3 últimos sido eleitos em 1971, para representar os trabalhadores portugueses na 56.ª Conferência da OIT.



# ali smo e hoje

de,  
ente  
os de  
nela,  
dos  
do os  
971,  
ar os  
na  
OIT.

**Alavanca** – *Como surgiu a Intersindical? O seu aparecimento teve alguma relação com a crise do regime fascista e a situação económica e social nos fins da década de 60?*

**Campos Marçal** – Quanto a mim a Intersindical aparece como resultado da eleição para a direcção de alguns dos sindicatos, de dirigentes muito preocupados com os problemas concretos dos trabalhadores.

Problemas de que os sindicatos há muito andavam afastados.

Isto terá nascido da chamada e lusófila primavera marcelista.

Com a subida de Marcelo Caetano ao poder surge a possibilidade de entrarem nos Sindicatos homens muito mais virados para os problemas dos trabalhadores.

Dirigentes que consideravam que para a acção ser eficaz, tinha que ser uma acção conjunta. Alguns dos dirigentes que assim pensavam eram os dos Sindicatos dos Lanifícios, do Comércio, dos Bancários e dos Metalúrgicos, todos de Lisboa. Assim foi destes 4 Sindicatos que partiu a convocatória da primeira reunião. Devo dizer que houve um enorme espírito de abertura. Foram convocados muitos Sindicatos, alguns dos quais não ofereciam qualquer garantia de continuidade num movimento do género do que se queria implantar.

No meu sindicato, por exemplo, houve grande discussão entre dirigentes para se decidir se iam comparecer nas reuniões intersindicaes.

**Manuel Lopes** – Não concordo com o Marçal quando se limita a falar de dirigentes virados para os problemas concretos dos trabalhadores. Isso é verdade! Mas para além disso queríamos contribuir para resolver o problema político de todos os portugueses que era derrubar a ditadura fascista.

Lembro-me bem que se punha esta questão: Vamos para dentro dos sindicatos corporativos lutar, uma vez que obrigatoriamente todos lá estamos associados, ou vamos fazer Sindicatos novos?

Lembro-me perfeitamente que em 1969 nas socioprofissionais da CDE e noutras organizações a questão era muito discutida.

Foi o termos optado por ir ocupar o aparelho sindical do corporativismo que deu força ao nosso movimento. Caso contrário nunca conseguiríamos o apoio dos milhares e milhares de associados dos nossos Sindicatos. Não teríamos hipótese de informá-los do que andávamos a fazer e de lhes solicitar esse apoio.

Isto não era o que a liberalização marcelista esperava.

Eles falavam em dirigentes sindicais «dinâmicos» mas que dinamizassem o seu esquema e nele acreditassem.

Ora nós quando para lá fomos, jámos determinados e sabendo o que queríamos: Lembro-me perfeitamente de andar a mobilizar camaradas para irmos ao Sindicato e de ouvir esta pergunta:

– Ou quê, agora vamos integrar-nos no sistema?... E tu dizia: Não, agora vamos para dentro do sistema combater o próprio sistema!

**Alavanca** – *O Campos Marçal e o Manuel Lopes referiram que em 1970 estavam em algumas direcções sindicais homens interessados em resolver os problemas dos*

*trabalhadores, mas todos sabemos que desde 1933, o fascismo procurou pôr os Sindicatos ao serviço do regime.*

*Sabemos também que, de uma forma ou de outra, os trabalhadores portugueses lutaram contra tal situação, no entanto a luta conduzida em 1970, teve resultados novos e características diferentes. Querem falar-nos dessas características?*

**José Pinela** – Eu penso que a formação da Intersindical tem a ver com toda a história do movimento sindical. Mas quanto a mim o que explica o movimento contestatário de massas, dentro dos sindicatos fascistas a partir de 1969, são condições concretas daquela época. É a evolução da sociedade na década de 60.

Já não era possível continuar a política do orgulhosamente sós. Portugal tinha que abrir-se. Já estavam a entrar capitais estrangeiros, era a adesão à EFTA, era tudo isso...

Por outro lado havia a acção das massas, reforçada também a partir de 1960. Em 60/61/62 fazem-se grandes manifestações aqui em Lisboa no 1.º de Maio e grandes lutas nos campos, pela conquista da jornada de trabalho de 8 horas.

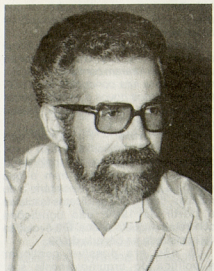
Na década de 60 há uma acção de massas grandiosa e é aí que estão as raízes da Intersindical.

O capitalismo português tinha necessidade de integrar tudo isto. E a abertura marcelista também foi uma tentativa de integrar nos Sindicatos as movimentações das massas trabalhadoras nas empresas... greves, lutas contra horários prolongados, contra despedimentos. Tudo estava sendo feito à margem dos sindicatos e o fascismo não conseguia controlar, prendia as pessoas, mas as lutas continuavam.

O fascismo joga então com a cartada em que por um lado dá à Europa uma imagem diferente, de democratização, de abertura, etc.; por outro lado puxa para dentro dos sindicatos aquelas lutas que ele não conseguia, de maneira nenhuma, controlar.

**Manuel Lopes** – Além disso há o problema político: desde a campanha eleitoral do General Delgado que se mantinha um certo reforço na resistência antifascista. Em 1961 estava a guerra colonial que vai ter uma enorme importância. A luta dos povos africanos pela independência, obriga as coisas a marcharem aqui mais depressa.

Começa a contestação à guerra colonial, reforça-se extraordinariamente a luta contra o regime e a morte política de Salazar vem impor mudanças. Bom, tudo isso permite que surja a tal legislação que vem permitir a conquista de vários sindicatos por aqueles que vieram a formar o movimento iniciado que nasceu em 1970. É certo que antes, em 1945, também se conquistaram sindicatos e foram cerca de 50, mas quanto a mim, na nossa época dá-se



Manuel Lopes

um salto quantitativo e qualitativo na luta dos trabalhadores dentro dos sindicatos corporativos: participam amplas massas e as direcções sindicais organizam-se conjuntamente, o que nunca acontecera antes.

Há ainda uma outra característica que quando a mim é muito importante: na campanha eleitoral de 1969, os trabalhadores estavam organizados nas socioprofissionais, deixando de aparecer diluídos no meio dos outros opositores ao regime fascista. Isto teve uma importância extraordinária, sobretudo em Lisboa.

As eleições de 1969 passam, mas as socioprofissionais continuam.

São os trabalhadores que as integram que vamos depois encontrar nas comissões pró-sindicato e nas comissões de apoio às listas de unidade nos vários sindicatos. E o ano de 1970, é assinalado pela conquista de um conjunto de sindicatos por estas listas de unidade. Estas direcções juntam-se a algumas que, entretanto, já iam conseguindo resistir ao espartilho fascista. É o caso da direcção dos bancários, que já vinha de antes de 1970.

**Ferreira Guedes** - Na verdade a direcção unitária dos bancários foi eleita antes de Marcelo Caetano ir para Presidente do Conselho. A movimentação que levou à conquista desse Sindicato, começou mesmo muito antes. E uma vez que já se falou de movimentações de massas, de adesão à EFTA, da entrada de capitais, de campanha eleitoral, considero que este leque de intervenções que me antecederam, foi suficiente para caracterizar a situação que originou o aparecimento da Intersindical. Gostaria de referir um outro factor, que também considero decisivo, foi o desenvolvimento do associativismo estudantil, ligado a tudo o que já se disse em especial ao deflagrar da guerra colonial.

Todos conhecemos o que foram as lutas dos estudantes em 1962. Estes jovens que na Universidade já tinham

adquirido uma certa consciência política e uma prática de associativismo, são atraídos para a guerra colonial e quando regressam não voltam às escolas, são atraídos para empregos no sector dos serviços. Estes jovens vão dinamizar sindicatos de bancários, de trabalhadores de seguros, mesmo do comércio.

Posso dizer que quando nós conseguimos penetrar no Sindicato dos Bancários de Lisboa, as Assembleias Gerais tinham a presença de algumas dezenas de trabalhadores, tendo o Sindicato 8000 sócios, com alta concentração em Lisboa.

A primeira grande movimentação foi provocada por nós, foi precisamente nas eleições onde participaram à volta de 2000 trabalhadores.

Ora antes disso uma direcção chegou a ser eleita por 59 votos!

Como disse o Marçal até aí os dirigentes sindicais não se preocupavam com os problemas dos trabalhadores. É que a maior parte dos dirigentes que estavam nas direcções sindicais eram homens mais ou menos comprometidos com o poder fascista e com as entidades patronais. No entanto já havia dentro das direcções sindicais de então algumas pessoas mais dinâmicas, que com certas cautelas queriam ir avançando. Eram pessoas diferentes, dedicadas aos trabalhadores, e queriam acabar com aquela situação de se abandonar ao governo e ao patronato, o determinar de tudo o que se referisse à questão laboral. Quando nós chegámos essas pessoas deram-nos apoio.

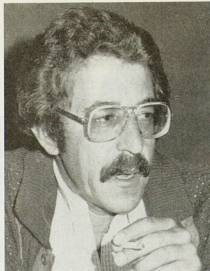
**Alavanca** - Para além da luta contra essa subordinação dos sindicatos aos interesses do regime e do patronato, havia também uma luta pelas liberdades. Como era a situação?

**Ferreira Guedes** - A liberdade sindical não existia! Começava logo por ser necessária a homologação ministerial, relativamente às direcções eleitas.

Depois havia toda uma série de pressões e de filtros, para neutralizar algumas pessoas honestas que conseguiam passar na homologação. Essas pessoas estavam limitadas, pela total ausência de liberdades: de organizar o sindicato de acordo com as suas perspectivas, proibidas de levar a cabo acções conjuntas com outros sindicatos, proibidas de contactar organismos internacionais, proibidas de decretar greves...

**António Mota** - Inicialmente muito poucos sindicatos tinham direcções coesas. No meu próprio sindicato, metalúrgicos do Porto, houve certa luta interna. Alguns dirigentes opunham resistência à minha vinda a Lisboa às reuniões da Intersindical. É bom lembrar que as coisas não se fizeram sem grandes dificuldades.

Apesar de tudo conseguimos Os trabalhadores compreenderam perfeitamente que esta gente da Intersindical queria resolver os seus problemas. Eram homens que tinham



Daniel Cabrita

ido para os sindicatos corporativos, mas não eram lacaios do patronato.

Eles sabiam que as reuniões de contratação agora já não eram uma reuniões à volta de uma mesa, onde havia umas garrafas e os patrões a darem as ordens, ficando aos dirigentes sindicais o papel de concordar. Agora as contratações dirigidas pelos sindicatos da Intersindical eram contratações duras.

**Alavanca** - E a nível internacional, que ligação havia com organizações sindicais de outros países?

**Mota** - Como já se disse para além dos problemas da contratação, das regalias, nós preocupávamo-nos com as liberdades e com os contactos com as organizações sindicais de outros países.

Alás a nossa experiência sindical despertava grande curiosidade no estrangeiro. Não só por ser um movimento que crescia debaixo do fascismo, opondo-se ao regime opressor, mas também porque envolvia um número considerável de Sindicatos. Lembro-me que na reunião onde fomos eleitos para representar os trabalhadores portugueses na Conferência da OIT estavam presentes 42 sindicatos...

As outras centrais sindicais interessavam-se e ouvir-nos. Vinham cá contactar-nos e por-nos.

Quando foi da prisão do Daniel Cabrita estiveram cá dirigentes sindicais da Europa que assistiram ao julgamento e tiveram reuniões com a Intersindical.

**Alavanca** - Para encerrarmos esta primeira parte do debate, em que tentámos definir as principais características da Intersindical, quando surgiu, gostaríamos que o Cabrita desse uma achem sobre a questão já alforada da importância dos Sindicatos de serviços nesta fase?

**Daniel Cabrita** - No grupo de Sindicatos que participavam nas reuniões intersindicais, havia um significativo número de sindicatos do sector de serviços.



Mas eu gostaria de dizer, em primeiro lugar, que considero que aquela contestação ao regime fascista, que conseguimos organizar dentro dos próprios sindicatos fascistas e, particularmente o aparecimento da Intersindical, não podem explicar-se só por razões imediatas.

Há razões históricas que vêm desde 1933, quando o fascismo encerrou os sindicatos livres e criou os sindicatos nacionais fascistas.

Ao longo dos anos foram-se criando situações e pondo questões como esta:

Vale a pena ou não combater dentro dos sindicatos corporativos?

Houve experiências que todos conhecemos e outras de que nem se fala. Nenhuma conseguiu frutificar, é certo, mas aconteceram. O fascismo teve forças para destruí-las, mas ficou como que um rasto, com marcas muito profundas em certos períodos.

No após guerra, quando se verificou a derrota do fascismo a nível mundial, os trabalhadores conseguiram eleger para a direcção de vários sindicatos, direcções representativas, compostas por homens dispostos a lutar contra o fascismo e a defender os direitos dos trabalhadores. Mas há experiências anteriores.

Há dias tive ocasião de ler um relato de uma dessas experiências, que é um documento com grande valor histórico: é o depoimento de um homem que estava ligado ao Partido Comunista e tinha recebido orientação no sentido de ir trabalhar para o sindicato. Ele refere isso no seu relato. E quantas outras experiências não teriam conseguido vingar?

— Houve avanços, houve recuos. A repressão foi constante e as direcções eram facilmente destituídas. Até 1969 foi assim.

Nessa altura há uma alteração — pressionado por toda a situação social já referida, o regime, numa tentativa de renovar-se na continuidade, altera a legislação sindical e publica dois decretos eliminando o regime de homologação ministerial prévia das

direcções (D.L. 49058) e criando mecanismos novos para a contratação colectiva (D.L. 49212), institui condições novas para a luta dentro dos sindicatos nacionais. Particularmente a nível da contratação conseguiu-se mobilizar milhares de trabalhadores. A partir daí o movimento é de massas. No terreno sindical a característica de massas é indispensável para o êxito do movimento. Este é alargado a milhares e milhares de trabalhadores e assim torna-se possível a tal alteração qualitativa que é o aparecimento da Intersindical, uma estrutura organizativa que não estava prevista na organização corporativa, que vem subvertê-la.

**Alavanca** — *O apoio que os dirigentes sindicais de 1970 conseguem dos associados dos seus sindicatos, que se dispõem a enfrentar o poder, pode explicar-se por haver uma grande ligação com os locais de trabalho e um conhecimento muito preciso daquilo que os trabalhadores queriam?*

**Daniel Cabrita** — Sem dúvida. Os trabalhadores vinham manifestando grande disposição de luta. Nos anos 60, houve lutas muito importantes. A greve da Caris teve um impacto enorme. Toda a gente falou dela. Saltou do âmbito limitado do local da greve, para ter repercussão nacional. Os trabalhadores da agricultura, ou melhor os assalariados rurais do Sul, também faziam greve com frequência, embora fosse proibida. Vinha a repressão, vinha a PIDE, mas passado pouco tempo lá estavam aqui, ou ali, a recorrer a essa forma de luta.

No sector terciário não era assim. Os trabalhadores dos serviços, regra geral, não recorriam à greve, não saíam da luta legal. Ora a acção desenvolvida pela Intersindical assentava num suporte legal e por isso os sindicatos de serviços facilmente vão para a movimentação de 1970 orientada pela Intersindical. Como todos sabemos houve uma grande capacidade para alargar essa acção ao máximo. Recordo assembleias gerais de bancários com vários milhares. Isto é em pleno regime fascista se reunirem milhares de trabalhadores para discutir problemas directamente ligados com as suas condições de trabalho, é um facto político.

Assim começam a ter grande impacto as lutas dos trabalhadores dos serviços. Nos sectores industrial e agrícola também se lutava neste terreno, mas simultaneamente nunca se abandonou o recurso, já tradicional, de se conduzir a luta no próprio local de trabalho. Lutas duras, que facilmente extravazavam do quadro legal. Lutas que obrigaram o fascismo a alterar as condições legais. É que foi efectivamente obrigado! Para além de ser empurrado pelo desenvolvimento económico, o fascismo era pressionado pelas grandes e corajosas lutas travadas nas fábricas e nos campos. Por tudo isto podemos dizer que se a maioria dos

sindicatos presentes nas reuniões intersindicais não eram de serviços, a Intersindical nem por isso deixou de nascer estreitamente ligada às lutas do operariado.

**Manuel Lopes** — O que imprimiu dinamismo à Intersindical foi a eleição de direcções representativas em sindicatos como os dos metalúrgicos, dos têxteis, ou dos químicos, embora os trabalhadores dos serviços também fossem muito importantes.

Foi mérito da orientação traçada na altura o termos sabido ligar as possibilidades de luta dos trabalhadores dos serviços com a dinâmica da classe operária.

E quero dizer que a dinâmica foi tal que muitos homens de direcções eleitas ainda noutra época, e com o beneplácito do ministério, acabaram por ficar do nosso lado, contra o ministério e contra o regime.

**Alavanca** — *Passados 10 anos a Intersindical corresponde, ou não, aquilo que esperavam quando lançaram as suas bases?*

**Campos Marçal** — Eu tenho a convicção de que a acção da Intersindical foi fundamental para consolidar uma série de princípios democráticos logo a seguir ao 25 de Abril.

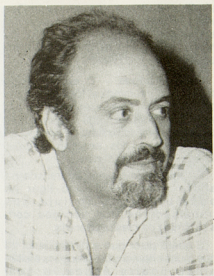
Primeiro que tudo foi a manifestação do 1.º de Maio. Uma manifestação como não houve outra! Pois foi a Intersindical que a convocou e organizou.

Depois foi a expulsão, em poucos dias, dos dirigentes ligados ao regime anterior. Tal expulsão é imposta pelos trabalhadores em assembleias sindicais que contam com milhares de presenças.

A tomada dos Sindicatos foi efectuada pelos associados desses sindicatos, mas quem dirigiu o movimento foram os homens que já trabalhavam nesses sindicatos, como oposição às direcções. Esses

**António Mota**





Ferreira Guedes

sindicalistas já estavam ligados à Intersindical, através das Comissões Pró-Sindicato ou dos Grupos de Trabalho.

Eram conhecidos e prestigiados e conseguem mobilizar de tal modo os associados, que em poucos dias a grande maioria dos Sindicatos reconhecia a Intersindical. Isto obrigou as próprias autoridades oficiais a olhar de forma diferente para a nossa central.

Ainda não havia qualquer legislação sobre o assunto, mas já estavam consolidados o direito de manifestação, o direito de reunião e a liberdade sindical.

**Manuel Lopes** - Quando nós começamos com as intersindicais não sabíamos onde as coisas iriam parar. Sabíamos o que queríamos, mas não podíamos prever a projeção que a Inter iria atingir.

Foi o prestígio que ela soube conquistar junto dos trabalhadores e dos democratas que tornou possível que em poucos dias encabeçassemos as principais acções de destruição do aparelho corporativo. Ocupámos o Ministério das Corporações que transformámos em Ministério do Trabalho. Ocupámos as Corporações e tudo quanto dizia respeito ao mundo laboral.

E o feriado do 1.º de Maio conquistamo-lo: a Intersindical marca a concentração para a Alameda, com manifestação até ao Estádio e, só depois, é que as autoridades vêm dizer que o 1.º de Maio é feriado...

Depois foi a criação imediata de Uniãos sindicais por todo o país.

Na verdade o movimento sindical unitário que fomos forjando na resistência ao fascismo, teve um papel fundamental na Revolução de Abril. Sem ele a revolução não teria sido como foi. Nem só no que se refere aos sindicatos, à nacionalização da banca e indústrias básicas, à Reforma Agrária,

ao direito à greve, mas inclusivamente no que se refere à descolonização.

O movimento sindical unitário, que já vinha contestando a guerra colonial, organiza depois do 25 de Abril grandes manifestações exigindo o seu fim...

**Ferreira Guedes** - Quanto a mim os objectivos principais foram alcançados. A Intersindical tem conduzido a defesa intransigente dos direitos e interesses dos trabalhadores e tem criado condições para o reforço da sua consciência de classe. A Intersindical cumpriu integralmente. Antes do 25 de Abril e depois.

Deu um contributo enorme para a consolidação da democracia. Não há dúvida de que a capacidade de mobilização da Inter e a sua correcta orientação política, foram decisivas quando dos golpes da direita no 28 de Setembro e no 11 de Março.

Mais recentemente têm sido as greves dirigidas pela Intersindical, especialmente neste ano de 1980.

Pois também nesta fase a Intersindical tem dado um grande contributo para a defesa da democracia. No entanto nem tudo tem corrido como desejariamos. Deram-se fracturas que melhor seria não se terem verificado. Haverá responsabilidades de vários sectores. Não é só este ou aquele que tem responsabilidades. Quanto a mim todos fomos sectários e todos contribuímos para essas fracturas. Na verdade o sectarismo manifestou-se em todos os sectores da esquerda portuguesa e isso tinha que reflectir-se na Intersindical.

Agora não devemos é deixar aprofundar mais fracturas. Devemos reflectir sobre o futuro. Que alterações devemos introduzir no comportamento dos militantes sindicais e políticos? E que é preciso mudar na própria estrutura orgânica?

Acho que devemos discutir tudo isso, que se tem evitado discutir, de uma forma quase dogmática.

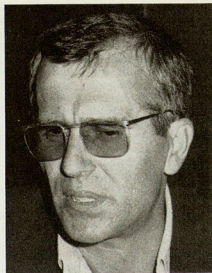
Que tenhamos todos a coragem de fazer transigências mútuas para reanimarmos aquele espírito unitário, com que arrancámos em 1970

**José Pinela** - Eu diria que estou de acordo com o que aqui foi dito sobre o que a Inter fez pela consolidação do regime democrático. Sim, fez muito. Mas eu não digo que fez tudo que era possível. Penso que é oportuno fazer aqui uma crítica:

Depois do 25 de Abril não se fez, no campo formativo, o aproveitamento daquilo que foi a riquíssima experiência sindical dos anos 70.

Há hoje alguns dirigentes, direi mesmo bastantes dirigentes e jovens activistas, que não conhecem o que se fez, designadamente o grande trabalho de unidade dos dirigentes que fundaram a Inter.

Os dirigentes de então ultrapassavam os limites da sua região e da



José Pinela

sua profissão. Todos sabíamos claramente que para o êxito da luta era preciso não ficarmos dentro dos nossos distritos, dos nossos sectores, por isso apoiámos as Comissões Pró-Sindicais de vários ramos.

Bom, eu não tenho conhecimento de que a Inter na sua formação explique isso. E devia fazê-lo! A Inter não tem feito este trabalho. Aqui a Inter falhou! E é dizer isso sem complexos.

Agora há que emendar.

Há outro aspecto onde se nota a falta de formação: é na dificuldade em se tomarem decisões com a rapidez que muitas vezes a situação exige.

Sem formação é difícil. Ela ajuda a termos a coragem de tomar decisões no momento próprio.

Tudo isto que estou a dizer é, ainda, com objectivos de formação, que é hoje mais necessária do que nunca. A luta hoje é muito mais complexa, em certo aspecto é até mais difícil, sobretudo no campo da unidade.

**António Mota** - Eu penso que a fundação e desenvolvimento da Intersindical significou uma experiência tão rica ao longo destes 10 anos, que é impossível nós esgotarmos aqui o debate. Há uma riqueza de trabalho que, pelo menos para mim que saí do movimento sindical em 1973, é difícil continuar a debater. No meu entender a Intersindical cumpriu na consolidação da democracia depois do 25 de Abril, o mesmo papel que já havia cumprido no nosso tempo, na luta contra o fascismo.

Tem sido e continua a ser um baluarte na defesa da democracia. Isso ninguém pode negar. É claro que hoje a situação política é muito complexa e os altos e baixos do processo político tinham que reflectir-se na Intersindical. Não podia ser de outro modo. Contudo, ao longo destes anos a Intersindical foi sempre crescendo. Em certos aspectos estou de acordo com a crítica que fez o Pinela, mas no essencial a Inter corresponde hoje ao que foi ontem.

# 10 ANOS NA CONDUÇÃO DAS LUTAS



Ao longo do ano de 1970, tendo a «evolução» de Marcelo Caetano entrado numa segunda fase, em que a máscara liberalizante caía por completo, o seu governo desenvolvia, «na continuidade» da repressão, uma severa ofensiva contra os trabalhadores.

Os decretos 492/70 e 502/70, permitindo, respectivamente, a intervenção governamental directa na contratação e a suspensão de direcções sindicais da confiança dos trabalhadores, bem como o encerramento de sindicatos, apareciam como consumação dessa mesma ofensiva, no plano legislativo; com efeito, os trabalhadores começavam a subverter os sindicatos corporativos e o regime temia a destruição de uma das suas instituições.

A luta reivindicativa-económica estava na ordem do dia em inúmeras empresas e sectores laborais, revestindo formas bastante diversificadas — abaixo-assinados, concentrações, curtas paralisações, greves de zelo (então popularizadas como «era»), greves de braços caídos — e tornava-se necessário coordenar sindicalmente tais movimentações, avançar para uma unidade organizativa. A constituição da INTERSINDICAL veio responder a essa necessidade prática: a sua organização tomara corpo a partir de Outubro do mesmo ano, com base em reduzido número de sindicatos nos quais os trabalhadores tinham conseguido eleger direcções da sua confiança; na terceira reunião intersindical, em Novembro, já eram 20 os sindicatos aderentes. Foi então constituída uma Comissão Organizadora Central.

O trabalho decorrente das reuniões intersindicais anteriores ao 25 de Abril, desenvolveu-se fundamentalmente em três frentes: uma frente legalista, uma frente de massas e uma frente organizativa.

O alargamento do trabalho de massas asseguraria a vitória de muitas e importantes lutas, conferindo ao Movimento Sindical um carácter revolucionário que muito contribuiu para derrubar a ditadura; foi esse trabalho de massas, à partida, o factor de arranque mais importante, o qual permitiria também a conquista gradual de sindicatos, através de comissões e grupos pró-sindicais.

## 1970-1971: TRANSFORMAR SINDICATOS FASCISTAS EM CAMPOS DE LUTA REIVINDICATIVA

Uma situação económica em degradação constante, com o conseqüente agravamento das condições de vida dos trabalhadores, impelia estas à luta contra a desenfreada exploração de que eram vítimas. Em tal contexto, o objectivo sindical era transformar os sindicatos fascistas em campos de luta reivindicativa, designadamente no plano económico: as lutas pela contratação colectiva e pela liberdade sindical (ratificação da Convenção 87 da OIT, liberdade de negociação das convenções colectivas, liberdade de recurso à greve), englobando o combate às ilegalidades e prepotências dos agentes do patronato — do fascismo — que ocupavam os sindicatos e a eleição de direcções da confiança dos trabalhadores, as lutas contra os despedimentos, pela defesa dos postos de trabalho ou pela redução da semana de trabalho e contra as horas extraordinárias, abrangiam cada vez mais sectores profissionais, ganhavam terreno nas empresas.

Exemplos disso há tantos que se torna difícil seleccioná-los; em todo o caso, recordar-se-ão:



Movimentações dos bancários pela defesa dos benefícios da Previdência e pela revisão do CCT, em que participaram milhares de trabalhadores do sector.

Na Ford (Azambuja), em Abril de 1971, greve de cerca de 700 operários, por aumentos salariais.

Luta reivindicativa dos carteiros, na qual se destacou uma manifestação de várias centenas de trabalhadores junto à administração dos CTT, reclamando aumentos.

Luta por melhoria de salários na empresa têxtil Barros (Cabo Ruivo), que assumiu a forma de greve de braços caídos durante uma semana, com intervenção da PSP.

Quanto às reivindicações relativas à duração do trabalho, uma das lutas de maior evidência, já em curso em Outubro de 1970, era a dos caixeiros; pela semana de 44 horas (a chamada «semana inglesa», recentemente posta em causa pelo governo AD), que tomou grandes proporções em Lisboa; o movimento foi engrossando e, em Março do ano seguinte, cerca de 5 000 caixeiros concentraram-se em S. Bento, exigindo a satisfação da sua reivindicação. Daí resultaria um crescendo repressivo, manifesto na prisão e tortura de vários dirigentes sindicais, entre os quais o presidente dos Bancários de Lisboa (Daniel Cabrita); essa prisão teve enorme repercussão nacional e internacional.

A ligação de acções, ao nível dos sindicatos e das empresas, conduziu à intensificação das lutas; assim, no domínio da duração do trabalho, salientamos ainda:

Entre as reivindicações que moviam os carteiros (no âmbito da luta atrás referida), contava-se a semana de 42 horas.

Entretanto, a recusa às horas extraordinárias ia ganhando adesão em muitas empresas e sectores, onde se desenvolviam lutas por vezes bastante longas, como a da Sorefame, por exemplo, onde só em 1973 os trabalhadores conquistaram um horário semanal de 45 horas.

## 1972, ANO DE REORGANIZAÇÃO

Entre 1971 e 1972, verificou-se um recuo na acção sindical, resultante efectivamente da violência repressiva do governo e aparelho de Estado. O divisionismo também vinha afectando a operacionalidade do movimento.

Impunha-se repensar e relançar a actividade sindical: com a reconquista de sindicatos perdidos e um decisivo alargamento da frente de massas, baseado nas possibilidades de acção semialternativa e mesmo clandestina, que a organização dos trabalhadores nas empresas (Comissões de Unidade) facilitava, visto descentralizar os alvos da repressão, multiplicando-os.

A eleição de delegados sindicais

nas empresas, para consolidar a implantação do movimento, tornou-se então tarefa prioritária; se bem que a repressão, sob formas diversas, não parasse de crescer, a Intersindical contava já com mais de 40 sindicatos aderentes.

Na Grundig, realizaram-se reuniões sindicais na empresa e, em Fevereiro, mais de 2500 operárias e operários ocuparam a fábrica, onde enfrentaram, barricados, o aparato policial, tendo feito uma greve de três dias que saiu vitoriosa (conquistaram aumentos de 40 a 70%).

No sector dos transportes, tiveram grande relevo as lutas da Carris (Lisboa) e do STCP (Transportes Colectivos do Porto). Nas tradições de luta deste sector, ficará como um marco a célebre «greve da mala» da Carris (1968), consubstanciada na recusa de cobrar bilhetes. No Porto, nos últimos meses de 1972, cerca de 4 000 trabalhadores do STCP estavam em luta pelo pagamento do 7.º dia, os operários entraram em greve e o pessoal da circulação em «cerca». Os engarrafamentos de trânsito na baixa portuense foram de tal ordem, que nem a censura logrou calar o seu eco nos jornais.

Entretanto, os trabalhadores da Carris protestavam contra as «dobras» (horas extraordinárias que o patronato considerava obrigatórias) ao mesmo tempo que reivindicavam aumento salarial e pagamento dum subsídio de trabalho nocturno; a greve às «dobras» teve impressionante adesão.

Estas lutas prosseguiram ainda em 1973, envolvendo reivindicações salariais (para um sector que não conhecia aumentos havia quatro ano).

## 1973-1974: DEMOLIÇÃO DO EDIFÍCIO FASCISTA

A força crescente do movimento operário era imbatível, apesar do terror fascista que, particularmente em 1973 (ano de eleições), reflectia já o desespor da classe dominante perante a ruína irreversível do regime.

Assalariados agrícolas do Ribatejo e Alentejo reivindicavam maiores jomas e no Alentejo lutava-se ainda contra o aumento de quotas para as Casas do Povo. De salientar, uma greve de dez dias em Alparca, da qual os trabalhadores saíram vitoriosos.

No sector das Pescas, a luta crescia também, sobretudo nas zonas Norte e Centro da costa: Matosinhos, Alurada, Póvoa, Vila do Conde, Aveiro, Figueira da Foz. Os pescadores exigiam aumentos de ordenado e calendário, descanso ao domingo, regime de pagamento de férias. A greve mais longa de então aconteceu precisamente neste sector, prolongando-se por mais de dois meses.



No âmbito da luta contra os despedimentos e desemprego, evidenciaram-se os trabalhadores da fábrica de papel da Abelheira (na falcénia), que durante oito meses resistiram aos despedimentos, tendo acabado por obter as indemnizações a que tinham direito.

Em meados do ano, apesar das medidas legislativas, administrativas e policiais com que o governo pretendia impedir as massas de utilizarem os sindicatos, a luta sindical saldava-se pelo êxito de vários processos eleitorais, assentes em amplas movimentações, a saber: nos sectores Metalúrgico, de Motoristas, Caixeiros e Bancários do Porto; aumentava, ao mesmo tempo, o número de comissões sindicais, pró-sindicais e grupos de trabalho, que desenvolviam grande actividade de massas e eram reconhecidas como dirigentes da luta sindical pelas classes respectivas. Os grupos de trabalho, aliás, começavam a ter tradição no movimento sindical: grupos de natureza cultural, desportiva, para assuntos da Previdência, contratação, informação, estatutos, etc., que promoviam colóquios, conferências, exibição crítica de filmes, exposições e outras actividades, e nos quais se diluiu a responsabilização das direcções sindicais.

Em meados de 1973, os sindicatos que constituíam a Inter, desenvolveram intensa actividade de desmistificação do sistema fascista de Previdência e lançaram, num outro plano, uma grande campanha de massas pelo salário mínimo nacional.

Na TAP, desencadeou-se um importante processo de luta pelo ACT da empresa. Cerca de 1 000 trabalhadores manifestaram-se protestando, no aeroporto, e cerca de 4 000 fizeram greve ao referatório, concentrando-se junto da administração para exigirem o termo da arbitragem; registaram-se espancamentos e tiros, ferimentos e prisões e um operário foi atingido mortalmente. Em resposta, os trabalhadores fizeram uma greve de quatro dias, até à satisfação das suas reivindicações, que passaram a incluir a libertação dos camaradas presos.

Também em torno da revisão do ACT se mobilizavam os operários da Metalúrgica Duarte Ferreria (Tramagal), que tinham uma forte comissão sindical, representativa de sete sindicatos, a qual dinamizava a luta pela extensão do acordo aos trabalhadores de toda a empresa, não apenas aos do Tramagal (onde se realizou, uma assembleia de 1 200 operários).

Na Sacor (Leça da Palmeira), quando se procedia à reparação e ampliação das instalações da empresa, discutiu-se o problema em plenário, elaboração dum caderno reivindicativo e três dias de greve até ao início de negociações para satisfação do mesmo.

No último trimestre de 1973, estimava-se em 10 000 o número de operários em greve nas zonas de maior desenvolvimento industrial: Lisboa, Porto, Setúbal, eram 40 na Applied

Magnetic, cerca de 500 na Control-Data (Setúbal) e na Alumina (Porto), 800 na Algot, 2 000 na Standard Eléctrica, 5 000 na Plessey Automática, etc. As operárias da Plessey mantiveram-se em greve durante três dias, em Outubro, contra a exploração e dureza das condições de trabalho, reivindicavam portanto o cumprimento do CCT, aumentos salariais, redução de horário e instalação duma creche.

Exemplar da articulação entre organização sindical geral e organização na empresa, é, por exemplo, a luta da Sorefame, desencadeada em fins de 73, que se prolongaria pelo ano seguinte, no âmbito do movimento reivindicativo que percorria o sector metalúrgico em geral. A Sorefame e a Cometra estiveram em greve, como outras empresas da zona da Amadora. Na primeira, realizou-se uma assembleia com a participação de 1 000 trabalhadores, aproximadamente, promovida pela Comissão Negociadora Sindical do ACT, com a participação de técnicos de contratação do Sindicato dos Metalúrgicos.

Entretanto, havia sido eleito, em fins de Setembro, em reunião plenária,

## DEPOIS DE ABRIL

A aliança povo-MFA, componente essencial do processo revolucionário, viria criar condições de luta completamente novas para o povo português. As lutas laborais eclodiam aos milhares por esse país fora. A INTERSINDICAL, central única dos trabalhadores portugueses, apoiou na maioria dos casos e dirigiu acções por grandes objectivos fundamentais; entre outros: conquista dum salário mínimo, contra os despedimentos sem justa causa, defesa da economia nacional e sua colocação ao serviço do povo, contra a sabotagem económica, contrato operário. Do plenário de dirigentes realizado em 3/9/74, saíram as exigências de nacionalização da banca, seguros e indústrias básicas, e de realização da Reforma Agrária, com entrega da terra a quem a trabalhava.

Todas estas conquistas seriam alcançadas e a Constituição da República, aprovada em 1976, consagrá-las-ia no essencial.

A INTERSINDICAL esteve coerentemente na primeira linha de combate pela descolonização; de mobilização contra a «maioria silenciosa» de 28 de Setembro; de luta pela unidade



o primeiro Secretariado Nacional da Inter, constituído pelos Sindicatos dos Bancários e Lanifícios de Lisboa, Caixeiros e Escritórios de Santarém, Metalúrgicos do Porto e Propaganda Médica.

Em vésperas do 25 de Abril, o movimento operário defendia um conjunto de reivindicações gerais que recolhiam cada vez maior adesão.

Calculava-se já em mais de 100 000 o número de trabalhadores em luta, sobretudo na cintura industrial de Lisboa. O edifício fascista ruíu sob a acção demolidora dos trabalhadores. O MFA, cujo programa vinha ao encontro de algumas das mais profundas aspirações populares, teria portanto, desde a madrugada da libertação, o apoio das massas trabalhadoras e seus dirigentes.

sindical que um plenário de 102 sindicatos, realizado no Porto em 12 e 13 de Outubro, deliberou defender (a consumação legal da unidade verificar-se-ia em Abril de 75).

A partir daí houve que lutar, não só por novas condições de vida para os trabalhadores, mas também contra o foco divisionista.

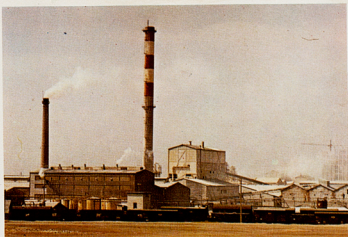
Foi neste ambiente que se realizou o I Congresso, onde, de qualquer modo, participaram 159 sindicatos.

Três Congressos constituem marcos na história da central que agora completa dez anos, fundamentais na clarificação dos princípios orientadores do movimento sindical.

Os quatro sindicatos que em 1 de Outubro de 1970 a constituíram através da convocatória da primeira reunião intersindical, «cresceram e multiplicaram-se» em 10 anos; hoje, a CGTP-IN é constituída por 201 sindicatos, em representação de mais de 1 500 000 trabalhadores.



# As conquistas econômicas e sociais do 2



# económicas o 25 de Abril

## A REFORMA AGRÁRIA

De uma forma sintética pode-se caracterizar a situação nos campos até ao início da Reforma Agrária da seguinte maneira: - 670 120 explorações com menos de 5 ha ocupavam 915 162 hectares, enquanto as explorações com mais de 500 ha que eram apenas 1140, ocupavam 1 508 566 hectares; em resumo, cerca de um milhão de grandes agrários tinha mais terra que centenas de milhares de pequenos camponeses.



Tal estrutura de propriedade determinava que áreas extremamente vastas do território nacional, constituída por terras cultiváveis, estivessem incultas; que a produção agrícola fosse extremamente baixa e tendesse mesmo a diminuir de ano para ano; que o desemprego e a miséria imperassem nos campos do nosso País.

Com o 25 de Abril, os grandes agrários e capitalistas perderam o controlo do poder político, mas continuaram a deter nas suas mãos as alavancas do poder económico, o que lhes permitiu desencadear a sabotagem económica em larga escala.

Para pôr cobro a esta, e visando também alterar as condições de miséria que existiam no campo, os trabalhadores rurais do Sul do País, com as novas condições políticas criadas pela derrota das forças reaccionárias em 11 de Março de 1975, iniciaram a ocupação das terras dos grande agrários, muitas delas voltadas ao abandono, e com elas constituíram cooperativas.

Assim num curto período de tempo são ocupados cerca de 1 100 000 hectares, e com base neles formam-se cerca de 434 UCP's.

Como resultado desta alteração dos estatutos da propriedade agrícola, o desemprego diminuiu fundamentalmente no Alentejo e a produção agrícola no Sul do País aumentou.

Por exemplo, em 1973 a produção de trigo atingiu 517 000 toneladas, enquanto em 1976 foi de 686 000 toneladas; portanto, registou um aumento de 32%.

Com base na Lei 77-77, mais conhecida pela «Lei Barreto», aprovada pelo PS e PPD, começou o ataque sistemático a esta grande conquista da Revolução de Abril.

Assim, até 31.12/79, são retirados aos trabalhadores alentejanos cerca de 245 000 hectares das melhores terras, mais de 75 500 cabeças de gado e 3095 alfaías e máquinas agrícolas.

Utilizando a lei aprovada também

pelo Partido Socialista, o Governo da AD roubou aos trabalhadores do Sul do País cerca de 200 000 hectares das melhores terras, 98 100 cabeças de gado, 3700 máquinas e alfaías agrícolas.

Mas o ataque à Reforma Agrária não se tem limitado aquilo que os números anteriores já traduzem.

Na verdade, foi igualmente cancelado todo o crédito às UCP's; o Governo tem-se recusado a pagar os produtos que as UCP's têm entregue a organismos do Estado (fossais, cortiça etc.) o governo também não tem indemnizado às cooperativas pelos investimentos feitos em terras que depois têm sido entregues a agrários, etc. etc.

Como resultado de tudo isto, o desemprego tem aumentado vertiginosamente nos campos do Sul do País, e a produção agrícola tem diminuído (em 1979, a produção de trigo no País atingiu apenas 232 700 toneladas).

Só a elevada consciência de classe do proletariado alentejano, só o seu grande espírito de resistência e de iniciativa tem impedido que os golpes desferidos pelos sucessivos governos a partir de 1976, e nomeadamente pelo Governo AD, não tenham sido mortais para a Reforma Agrária.

## AS NACIONALIZAÇÕES

Há empresas e sectores de actividade cuja importância é muito maior do que se poderia pensar, se só tivéssemos em consideração a sua dimensão. Assim, se uma siderurgia ou uma empresa produtora de electricidade, para já não falar da banca, alterassem a sua orientação e objectivos, tal facto tem consequência em muitas outras empresas e sectores mesmo não directamente relacionados. Enquanto que numa empresa de confecções ou de produtos alimentares, por maior



que seja, a influência chega, quando muito, a empresas que lhe estejam directamente ligadas.

Estes factos explicam uma das formas mais utilizadas pelos grupos económicos no tempo do fascismo, para «dominarem e controlarem toda a economia nacional e imporem a sua orientação, sem necessitarem de ser proprietários de todas as empresas que queriam utilizar.

As nacionalizações vieram pôr cobro a esta situação vergonhosa em que meia dúzia de grupos económicos impunham a sua vontade em virtude do poderio e vieram permitir a passagem para as mãos do Estado Democrático das principais alavancas do poder económico, criando as condições necessárias para que o poder político controlasse o poder económico e para que o desenvolvimento económico fosse democrático, nos seus fins e nos seus meios.

A política de recuperação capitalista não permitiu, no entanto, que o sector nacionalizado demonstrasse as suas potencialidades mas, pelo contrário, prejudicou a gestão e funcionamento das empresas, bloqueou investimentos vitais para o desenvolvimento económico, atentou contra os direitos dos trabalhadores e as suas condições de vida nas empresas nacionalizadas.

Uma política democrática, no plano económico, tem de partir da realidade concreta existente no conjunto nacional e desenvolver, controlando todos os sectores essenciais da economia — banca, seguros, sectores básicos da indústria e transportes; um sector nacionalizado responsável, em conjunto com o sector administrativo do Estado, por mais de 50% da formação bruta de capital fixo (investimento), ainda por cima concentrado nos sectores mais importantes para o desenvolvimento económico e a modernização da estrutura produtiva do país; uma base indispensável para uma política eminentemente nacional que assegure aos portugueses os frutos do crescimento económico e do progresso tecnológico; um meio excepcional para o desenvolvimento da gestão democrática das empresas, com plena participação e responsabilização dos trabalhadores e dos seus representantes.

## A EVOLUÇÃO DO NÍVEL DE VIDA DOS TRABALHADORES ANTES E DEPOIS DO 25 DE ABRIL

Com a crise do capitalismo a nível mundial, e com a agudização de todas as contradições do fascismo, o nível de vida dos trabalhadores portugueses piorou de uma forma contínua nos últimos anos daquele regime.

Mesmo os próprios dados oficiais dessa altura traduziam o agravamento





rápido do nível de vida das classes trabalhadoras e à intensificação da sua exploração.

Assim, em 1971 os preços aumentaram 11,7% enquanto os salários subiram 11,7%; em 1972 a subida dos preços atingia 11,5% enquanto os salários aumentaram 10,9%, em 1973, último ano do regime

fascista, a diferença ainda foi maior; - aumento dos preços; 19,2%; subida dos salários apenas 12,5%. Em em 1974, se não tivesse havido a Revolução de Abril, a situação ainda seria muito pior para os trabalhadores, pois o aumento de preços em Lisboa, por exemplo, nos quatro primeiros meses de 1974 (últimos meses de regime fascista) foi de 14%,

Assim, chega-se às vésperas da Revolução com uma situação que, em termos globais, se poderia traduzir da seguinte maneira: - um crescimento dos preços sistematicamente superior à subida dos salários, o que determinava que o já baixíssimo nível de vida da esmagadora maioria dos portugueses diminuísse de uma forma contínua; a média de salários no País era extremamente baixa, próxima da miséria (de acordo com os próprios dados oficiais o salário médio rondava os 3300\$00, mas existiam centenas de milhares de trabalhadores que nem este salário recebiam); muito poucos tinham direito a um mês de férias, e muitos menos recebiam subsídio de férias e 13.º mês; horários de trabalho que em outros sectores atingiam as 10 horas por dia, como acontecia com os motoristas de táxi.

Com o 25 de Abril, e a liquidação do regime fascista e dos órgãos de repressão que o apoiavam, os trabalhadores portugueses lançaram-se em grandes lutas para alterar e mesmo inverter aquela situação. E conseguiram-no nos dois primeiros anos de Revolução.

Assim, em 1974 os salários aumentaram em média no nosso País 37,6%, enquanto o aumento de preços atingiu 26%; e em 1975, a subida foi de 33,5% nos salários e de apenas 17,4 nos preços. Desta forma, num curto período de dois anos, os salários reais aumentaram no nosso País cerca de 24%.

Mas os benefícios para os trabalhadores portugueses não se limitaram apenas a uma subida significativa dos seus salários. Igualmente durante este período, a generalidade dos horários desceu para 45 horas semanais; foi generalizado e alargado a muitos sectores o mês de férias, o subsídio de férias e o 13.º mês; pela primeira vez na história do nosso País é criado um salário mínimo nacional e instituído, com carácter de maior generalidade, o subsídio de desemprego.

Por tudo isto, os ganhos para os trabalhadores foram muito superiores àquele que um aumento no salário real de 24% já muito significativo, traduz.

A partir de 1976, com a política contrária aos interesses dos trabalhadores e aos de outros camaradas desfavorecidas do Povo Português, levada a cabo pelos sucessivos Governos, o nível de vida destas classes não tem parado de descer. Assim, de acordo com os próprios dados oficiais (Relatório de Situação Económica em 1979 - Agosto de 1980 - Ministério das Finanças e do Plano), os salários reais desceram 7,7% em 1977, 4,4% em 1978 e 3,2% em 1979. Em 1980, e apesar de todas as declarações em contrário feitas pelo Governo AP, os salários dos restantes trabalhadores tem continuado a enfrentar sérios obstáculos, o que tem determinado que muitos deles só se façam ao fim de dois anos de vigência.

# A intervenção sindical na orientação económica

A área de intervenção dos sindicatos já não se restringe às condições de trabalho e remuneração. Com o agravamento da crise do capitalismo os trabalhadores põem em causa o poder do patronato nas empresas e interligam a luta económica com a questão do Estado e do poder económico.



## REIVINDICAR UMA NOVA POLÍTICA

Na incapacidade da ideologia dominante em apresentar as resoluções para a saída da crise em que o sistema está mergulhado, reside também a força potencial dos sindicatos, capazes de apresentar uma alternativa concreta, que coloca radicalmente em causa o capitalismo monopolista de Estado e aponta para uma nova política económica em que a prioridade seja o combate ao desemprego.

Contra a perspectiva sem saídas que o grande patronato sustenta, de a cada avanço salarial responder com aumentos de preços, intensificação da exploração e cortes de investimentos, os trabalhadores opõem uma política de desenvolvimento, de crescimento e de melhoria das condições de vida.

Uma política de progresso social que põe em causa o poder dos monopólios, que implica nacionalizações e a racionalização

e planificação do aproveitamento das potencialidades existentes.

Questões como o ritmo de trabalho, a orientação dos investimentos, o desenvolvimento regional, o poder das multinacionais, o controlo de gestão, a organização do trabalho, as nacionalizações, a planificação democrática da economia, e a ligação entre as condições de trabalho e as condições de vida (Transportes, habitação, educação, saúde, tempos livres, etc.) estão cada vez mais presentes na acção sindical, colocando até novas necessidades organizativas.

Esta crescente e alargada intervenção dos sindicatos reflecte-se, por exemplo, por contratos colectivos, mas não se limita a este nível. A participação no Conselho Nacional do Plano, a intervenção na discussão pública dos projectos de lei da Assembleia da República, o próprio conteúdo do Caderno Reivindicativo apresentado ao Governo, demonstram a profunda

evolução que se verifica no nosso Movimento Sindical e deixam adivinhar as transformações que se estão operando na própria acção sindical.

## DEFENDER A CONSTITUIÇÃO

Também em Portugal esta perspectiva está presente, como o esteve nos processos das nacionalizações e da reforma agrária, que criaram condições para um desenvolvimento económico e social em benefício de todos e não ao serviço de meia dúzia de privilegiados.

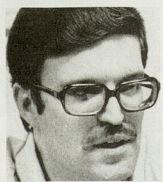
A Constituição não só decreta irreversíveis tais conquistas, como também reflecte, nos seus diversos artigos, esta concepção de que aos trabalhadores incumbe o importante papel de intervir, não apenas na legislação de trabalho, mas também no controlo de gestão, na planificação da economia, na segurança social, na reorganização de empresas, etc., etc.

Todos sabemos que, muitas vezes, é mais dura a luta para aplicar um contrato colectivo do que para o publicar. Da mesma forma constitui hoje objectivo quase constante a luta pelo cumprimento das normas constitucionais que referimos (veja-se o caso do direito de antena) o que demonstra, não a ineficácia dos preceitos constitucionais, mas a agudeza da luta de classes.

A defesa da Constituição constitui por isso ponto central do Programa de Acção aprovado no III Congresso da CGTP-IM, reflectindo de forma mais directa a profundidade e o vigor da intervenção dos trabalhadores na orientação económica e política do País.

Vasco Cal

# Depoimentos



ANTERO MARTINS

Quero recordar aqui o apoio sindical e as campanhas de fundos promovidas pela Intersindical, sem as quais não seria possível a resistência às pressões patronais e à repressão policial, nas lutas de trabalhadores como os da Tomé Feteira em Vieira de Leiria, os da fábrica Leão no Porto e os da fábrica de papel da Abelheira.

Recordem-se, ainda, os movimentos de apoio e solidariedade a dirigentes destituídos, como os dos sindicatos dos Empregados de Escritório de Coimbra, dos Metalúrgicos de Lisboa e dos Bancários de Lisboa e do Porto, por parte, nomeadamente, dos trabalhadores de escritório, metalúrgicos, estivadores, ferroviários e médicos, a activistas e dirigentes despedidos, como José Madanços e Adérito Cateão (Rodoviários de Lisboa), Tolentino Lourenço (Caixeiros de Lisboa), José Augusto (Caixeiros de Leiria) e Alberto Timóteo de Sousa (Bancários de Lisboa), entre outros, a dirigentes presos e torturados pela PIDE-DGS, como Manuel Candeias (Metalúrgicos de Lisboa), Daniel Cabrita (Bancários de Lisboa).



JOSÉ ERNESTO CARTAXO

Embora a luta dos trabalhadores no interior dos sindicatos fascistas assumisse uma grande importância, ela nunca esteve dissociada da luta da classe operária e das massas trabalhadoras nas empresas e nos locais de trabalho pela

satisfação das suas reivindicações económicas e sociais.

De resto a força e a eficiência da luta nos Sindicatos Nacionais fascistas eram tanto maiores quanto mais poderosas fossem as lutas nas empresas, quanto mais forte fosse a unidade e a organização dos trabalhadores nas empresas e nos locais de trabalho.

Para desenvolverem a sua acção reivindicativa, os trabalhadores souberam criar formas diversas de organização, nas quais as Comissões de Unidade tiveram um destacado papel.



GONÇALVES ANDRÉ

Menos de um mês depois do 25 de Abril, a Intersindical fez-se representar, por meu intermédio, no Congresso constitutivo da CES - Confederação Europeia dos Sindicatos - que se realizou em Copenhaga.

O convite endereçado à Intersindical só pode ser entendido como o reconhecimento pela CES da plena representatividade da Intersindical e do papel extremamente importante que desempenhou na luta contra o fascismo, na criação das condições que possibilitaram a vitória do 25 de Abril e no consequente restabelecimento das liberdades e da democracia no nosso país.

Parece-me importante transcrever dois pequenos extratos da intervenção que tive oportunidade de fazer nesse Congresso: depois de agradecer o convite oficial que foi feito à Intersindical, acrescentei: «estamos ainda agradecidos por todas as provas de simpatia e solidariedade que as organizações sindicais da Europa nos manifestaram, enviando a Lisboa os seus mais altos dirigentes.

(...) Agora, nós temos tudo para fazer: a nossa organização interna, o reforço da unidade de todos os trabalhadores (portugueses) no seio da Intersindical e, no plano internacional, a pos-

sibilidade de trabalharmos em conjunto com os trabalhadores do mundo inteiro, no quadro da solidariedade internacional».

Estávamos em Maio de 1974.



CONCEIÇÃO RAMOS

Nós empregadas do Serviço Doméstico estávamos impedidas de ter sindicato, no tempo do fascismo. Organizá-vamo-nos em grupos naturais e por volta de 1972 fazíamos assembleias aos domingos, para reflectirmos sobre as nossas condições de vida e de trabalho. Punhamos estas questões: porque é que não somos consideradas como os outros trabalhadores? Porque não temos regalias sociais, nem horários de trabalho, nem Caixa de Previdência, nem Sindicato?

Em 1973 submo-nos que ia sair um decreto sobre a previdência.

Quando saiu o decreto criticámo-lo e fizemos um abaixo assinado a exigir que incluisse as nossas reivindicações.

Tínhamos ligação com a Intersindical, através do Manuel Lopes. Reuníamos com ele, mas não conseguimos chegar ao que queríamos, que era criar um sindicato. Até que surgiu o 25 de Abril e logo fundámos o Sindicato que se filiou na Intersindical em Janeiro de 1975, depois de assim ter sido decidido pela classe em várias assembleias.



KALIDÁS BARRETO

Nesse final de ano de 1970, tão distante e tão perto, a criação da Inter foi o despoletar dos anseios da classe e a mobilização de importantes sectores, apanhando de surpresa o regime.

Por razões de descentralização e não só, rapidamente a acção da Inter se espalhou na provincia.

Em 1971, os sindicatos de lanifícios da provincia: Porto, Covilhã, Gouveia e Castanheira de Pera, aproveitando os processos eleitorais, foram ganhos por direcções afectas aos trabalhadores. Foi então que fui eleito, o que me valeu pouco depois o desemprego.

A mobilização foi grande, a vida sindical despertou. Recordo que, a despeito de terem mandado a PIDE fazer uma busca a minha casa dois dias antes, para intimidação, fez-se em Castanheira de Pera uma reunião com cerca de 500 trabalhadores, o que constituiu um assinalável êxito.

Várias reuniões de dirigentes sindicais se fizeram então naquela vila, sob a orientação da Inter. Todas elas foram reprimidas, mas tudo isso ajudou à cimentação do nosso querer, à determinação da nossa vontade de derrubar o fascismo e de erguer esta poderosa central unitária que é a CGTP-1N.



INÁCIA LOPES

Entri para a Philips com 17 anos e a maioria dos trabalhadores eram jovens, entre os 14 e os 25 anos. Cerca de 80% do pessoal era mulheres, lá e nas outras fábricas do material eléctrico. Estas jovens operárias tinham vindo dos meios rurais, pois as multinacionais preferiam-nos aos trabalhadores mais experientes. Supunham-nos mais dóceis e que levantaríamos menos problemas de ordem laboral. Além disso queriam gente saudável sobretudo com uma vista excelente. Mas nós depressa aprendemos, à custa da exploração de que éramos vítimas, o que é a luta de classes.

Nos fins de 1971 as mulheres do material eléctrico começaram a movimentar-se por diminuições dos ritmos de trabalho, por problemas de iluminação, por intervalos para de escansarmos a vista e recuperação do equilíbrio nervoso. Por isso passámos a ir ao Sindicato.

Podemos poi dizer que também os jovens trabalhadores participaram nas movimentações que consolidaram a Intersindical, ainda no tempo do fascismo.



JOSÉ MACHADO

Temos acompanhado os trabalhadores e as suas estruturas de empresa nas graves situações conjunturais criadas pelas multinacionais no nosso sector. Veja-se o caso da Standard Eléctrica/TT, julgo que de todos conhecido, onde é evidente o desprezo pelas leis e regras do regime democrático, perante a cumplimentação do governo. Veja-se a Plessey, que através de um acordo insólito e dum obscura negociata acabou por ser comprada pela Centrel, à margem da CT e dos Sindicatos, o que tem criado sérias apreensões sobre o futuro dos postos de trabalho. Veja-se a Philips, que jogou descaradamente em despedimentos, sob uma capa falsa.



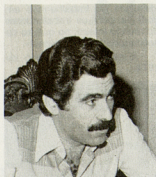
CARLOS CARVALHO

Nun depoimento que se quer breve, não é fácil descrever o que foi a luta travada pelos metalúrgicos de Lisboa, entre 1971 e 1974, para reconquistarem a direcção do sindicato. Mas, porque participei nesse luta, tentarei abordar alguns dos seus aspectos mais significativos.

Em 1970 foi, pela primeira vez durante o regime fascista, eleita para o Sindicato uma Direcção da confiança dos trabalhadores.

Dessa direcção faziam parte camaradas que vieram a ser presos pela PIDE.

Face a esta situação um conjunto de activistas sindicais decidiu constituir em 1972 um Grupo de Trabalho Pro-Eleitoral com o objectivo de dinamizar o processo para que se realizassem novas eleições.



MANUEL CANDEIAS

A luta reivindicativa dos trabalhadores foi a semente da Intersindical. O caso da TAP é bem significativo.

Nós lutávamos por melhores condições, fazíamos abaixo-assinados a exigir a satisfação das nossas reivindicações, chegámos a fazer greves ao relatório...

Tudo isto antes de 1969. Nessa altura sai a lei da contratação e um dos administradores da TAP, Vaz Pinto, que tinha sido chamado a ministro de Estado de Marcelo Caetano, quis aproveitar a lei para domesticar a nossa luta.

Começa-se a negociar o primeiro ACT da TAP. Mas nós, trabalhadores, continuamos a lutar, agora também nos Sindicatos.



MARIA ROSA VISEU

Nós, operários agrícolas, não tínhamos sindicatos durante o fascismo. Mas organizámo-nos a nossa luta com base nas Comissões de Práci de Jorna. E nunca deixámos de lutar por melhores salários, pela redução do horário de trabalho... Assim conquistámos as 8 horas. Eram lutas duras que incluíam paralisações e greves.

No entanto também tínhamos uma actuação de nível legal: em 1959 elaborámos uma proposta de contrato colectivo para os trabalhadores do campo. Recolhemos assinaturas e fomos entregar a proposta à Casa do Povo. Nesse tempo os trabalhadores do campo eram sócios das Casas do Povo, mas os agrários também estavam lá e eles é que eram directores. Eles ou os seus laçaios. Nós, apesar disso, não deixávamos de ir à Casa do Povo por as nossas reivindicações, sobretudo exigir postos de trabalho quando havia desemprego.



## COMEMORAÇÕES DO DÉCIMO ANIVERSÁRIO DA INTERSINDICAL NACIONAL

Foi na antiga e bonita sala da Voz do Operário, ornamentada a pretexto para esse significativo acto, que em 1 de Outubro corrente se comemorou o 10.º aniversário da Intersindical Nacional. Como foi realçado por um dos oradores dessa sessão solene e também fundador da Inter, esta nasceu do esforço e da combatividade de antifascistas e sindicalistas que, suportando a perseguição e repressão do aparelho policial e totalitário da «longa noite da vergonha» fascista, conseguiram, merebida a sua unidade e determinação, criar o Movimento Sindical Unitário, consubstanciado na Intersindical Nacional.

Não adianta, nestas escassas linhas, dizer o que foi essa dignificante sessão. Jornais diários já o fizeram, na oportunidade. Salientemos, somente, que o acto foi presidido por Kalidás Barreto, numa mesa em que estavam também presentes mais cinco dos nove membros da Comissão Executiva do Secretariado da CGTP-IN. Mário Jacques, no início de cada uma das duas partes da sessão, disse algumas palavras alusivas à mesma.

Kalidás Barreto saudou os presentes, especialmente as representações diplomáticas e outras oficiais, os trabalhadores, e leu o nome de muitas dezenas de organizações sindicais e políticas nacionais e estrangeiras que enviaram felicitações à CGTP-IN.



Victor de Sá, quando usava da palavra

A seguir, Manuel Lopes, um dos fundadores, em 1970, da actual Confederação Sindical portuguesa, historiou, em síntese, o que foi a luta pela formação da Intersindical Nacional, terminando com a saudação aos Capitães de

Abri e  
a ab  
transf  
e sin  
desfrut  
Arm  
históri  
trabalh  
Últimos  
das tra  
que act  
classes  
do pove  
o mom  
estas  
a ser p  
prox  
importa

Um asp



**A mesa  
que presidiu  
à sessão**

que são as eleições para a Assembleia da República. Terminou por assegurar que o futuro pertence aos trabalhadores, que derrotarão a classe dos reacçãoários e exploradores.

Foi a vez do historiador Victor de Sá falar sobre o tema «As tradições de lutas populares portuguesas têm raízes seculares». Numa resenha felicíssima e objectiva, afirmou que «Portugal foi o país onde se criou o primeiro Partido Socialista no mundo (em Janeiro de 1875), sendo o segundo na Alemanha, em Maio do mesmo ano». «Nas sociedades, como na vida, não há milagres de geração espontânea». Acentuou a criação e a actividade do Partido Socialista Histórico e afirmou que «há um século, em 1880, já se entregavam terras aos camponeses para serem trabalhadas através de cooperativas». Noutra passagem da sua apreciada exposição, disse que «na guerra civil permanente que é a luta de classes, não é possível uma trégua».

Na segunda parte, actuaram o «Dança Grupo», com diversos bailados de muito interesse; Fernanda Lapa disse belos poemas de José Gomes Ferreira, que esteve presente até ao fim e foi aplaudido pela assistência, de pé; com Carlos Paredes e Fernando Alvim, findou, em beleza, essa sessão solene respeitante às comemorações oficiais do 10.º aniversário da CGTP-Intersindical Nacional.

Abril e ao MFA, que permitiram a abertura para as transformações políticas e sindicais que hoje desfrutamos.

Armando Teixeira da Silva historiou as batalhas dos trabalhadores ao longo destes últimos anos para a conquista das transformações sociais que actualmente beneficiam as classes mais desfavorecidas do povo português. E realçou o momento especial em que estas comemorações estão a ser realizadas, nas proximidades desse importantíssimo acto cívico

**Um aspecto da intervenção do bailado de «Dança Grupo»**



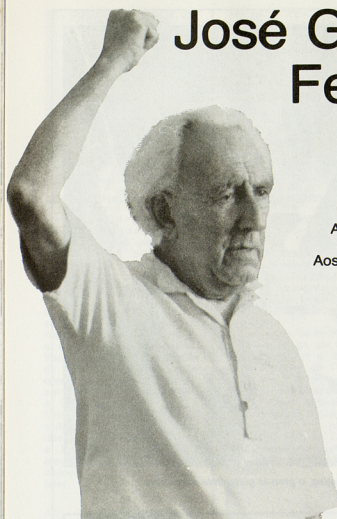
**Carlos Paredes, o grande guitarrista português**

## ESPECTÁCULO NO COLISEU



Num grande espectáculo comemorativo do 10.º aniversário, realizado em 18.10 no Coliseu dos Recreios, também se cantou GRÁNDOLA, VILA MORENA; cantou a assistência, em peso, com o Zeca Afonso e os outros artistas (canto de resistência, como em Março de 74, no mesmo local). Alguns destes artistas actuaram pela 1.ª vez numa festa da CGTP-IN; alguns nunca antes tinham actuado juntos. Eles foram: Adriano Correia de Oliveira, Carlos Mendes, José Afonso, José Mário Branco, Luísa Basto, Peco Bandeira, Paulo de Carvalho, Pi de la Serra, Quintin Cabrera e Sérgio Godinho.

NOTA: reportagem e entrevistas no próximo número.



# José Gomes Ferreira

(Junto a minha voz ao coro dos poetas mais novos. Recuso-me a ter mais de vinte anos.)

Não, não queremos cantar as canções azuis dos pássaros moribundos.

Preferimos andar aos gritos para que os homens nos entendam na escuridão das raízes.

Aos gritos como os pescadores quando puxam as redes em tardes de fome pitoresca para quadros de exposição.  
Aos gritos como os fogueiros que se lançam vivos nas fomalhas para que os navios cheguem intactos aos destinos dos outros.  
Aos gritos como os escravos que arrastaram as pedras no Deserto para o grande monumento à Dor Humana do Egipto.  
Aos gritos como o idílio dum operário e duma operária a falarem de amor a falarem de amor  
ao pé duma máquina de tempestade a soluçar cidades de fome na cólera dos ruídos...

Aos gritos, sim, aos gritos.

E não há maior orgulho do que o nosso destino de nascer em todas as bocas...

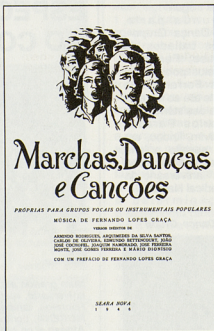
... Nós, os poetas viris que trazemos nos olhos as lágrimas dos outros.

Poema de José Gomes Ferreira, dito por Fernanda Lapa na Sessão Solene de 1 de Outubro



## Fernando Lopes Graça:

O grande músico e figura destacada da resistência anti-fascista portuguesa, ofereceu à CGTP-IN uma valiosa prenda de aniversário: o seu livro «Marchas, Danças e Canções», com os respectivos direitos de autor. Lopes Graça deslocou-se às instalações da CGTP-IN, onde depois a oferta nas mãos do seu



secretariado nacional. A obra em questão, editada em 1946 e apreendida pela Pide, contém as composições conhecidas por heróicas e é hoje uma raridade bibliográfica, que a CGTP-IN projecta reeditar



## Zeca Afonso:

José Afonso, no espectáculo do Coliseu. Após actuar, dir-nos-la: "Eu sou da velha guarda, já estou bastante gasto, mas isto faz-se com fôlego. A gente tem sempre esperança." O que canta é sempre novo. A esperança é sempre nova.

Documentos  
para a história  
do movimento sindical

# As actas das reuniões intersindicais

A fundação da Intersindical é um episódio da história recente, acerca do qual não nos faltam testemunhos directos, dos próprios sindicalistas que a criaram. Mesmo assim, os documentos relativos a esse período, Actas de reuniões, Comunicados dos Sindicatos, Exposições às autoridades, processos enviados a Tribunal, são preciosos auxiliares para quem se atreva a fazer já, a História de uma organização que apenas tem 10 anos.

Sobretudo ao nível dos números, dá-nos essa documentação um contributo importantíssimo, que ajuda a dar resposta a perguntas como estas:

- Que implantação tinha a Intersindical a nível regional?  
- Que importância tiveram os sindicatos de serviços na fundação da Intersindical?

No entanto não podemos apolar-nos só nos documentos escritos para responder a estas perguntas. Aqueles que quiserem ater-se apenas à documentação escrita, ignorando os depoimentos das pessoas que participaram na criação da Intersindical, não estão, de facto, interessados em fazer a sua história...

Dizia o saudoso Professor Joaquim Barradas de Carvalho, que quem quiser trabalhar em História não pode situar-se «nem demasiado perto, nem demasiado longe dos documentos».

Seja-nos permitido abrir aqui um parêntesis para lembrar que o Professor Joaquim Barradas de Carvalho foi um Mestre de «Teoria da História» como o foi de «Cultura Portuguesa» ou de «História das Mentalidades». Historiador incómodo, atreveu-se a desmascarar, no seu próprio terreno, os pretensos eruditos, bonzos da nossa historiografia; intelectual comunista, empenhou-se nas transformações sociais do nosso tempo e o fascismo não podia perdoar-lhe. Forçou-o ao exílio político, onde exerceu a docência e a investigação, de uma forma que honra extraordinariamente o nosso país.

Morreu já este ano, 6 anos depois de ter regressado, sem que tivesse visto reconhecidos oficialmente os títulos adquiridos lá fora...

Tenhamos então em conta o seu aviso e vejamos as actas das reuniões intersindicais que se realizaram no ano de 1970.

Foram quatro as reuniões, das quais a primeira se efectuou em 11/10/70, a segunda em 25/10/1970, a terceira em 25/11/70 e a quarta em 13/12/1970.

Na primeira reunião compareceram os seguintes sindicatos:

de indústria:

Metalúrgicos de Lisboa; Metalúrgicos do Porto; Lanifícios de Lisboa; Lanifícios da Guarda; Lanifícios de Viseu; Lanifícios de Castelo Branco; Electricistas de Lisboa.

de serviços:

Bancários de Lisboa; Bancários de Coimbra; Calzeiros de Lisboa; Escritorários de Lisboa; Propaganda Médica; Seguros de Lisboa e Viajantes e Pracista do Porto

Os 14 Sindicatos presentes eram de várias regiões:

7 de Lisboa; 2 do Porto; 4 do Centro e 1 de âmbito nacional

Destes sindicatos 7 eram de indústria e 7 eram de serviços.

Na 2.ª reunião compareceram os seguintes sindicatos:

de indústria:

Metalúrgicos de Lisboa; Metalúrgicos do Porto; Metalúrgicos de Braga; Lanifícios de Lisboa; Lanifícios de Coimbra; Lanifícios de Guarda; Lanifícios de Viseu; Lanifícios de Castelo Branco; Lanifícios de Leiria; Carregadores de Tráfego de Lisboa e Artes Gráficas do Porto.

#### de Serviços:

**Bancários de Lisboa;**  
**Bancários do Porto;** Bancários de Coimbra; Caixaeiros de Lisboa; Escritórios de Lisboa; Escritórios e Caixaeiros de Santarém; Escritórios de Setúbal; Jornalistas; Propaganda Médica; Seguros de Lisboa e Viajantes e Carregadores do Porto.

Os 22 sindicatos presentes eram de várias regiões:

7 de Lisboa; 4 do Porto; 6 do Centro; 2 do Sul; 2 de âmbito nacional.

Destes Sindicatos 11 eram de indústria e 11 eram de serviços.

Na 3.ª reunião compareceram os seguintes sindicatos:

#### de Indústria:

**Metalúrgicos de Lisboa;**  
**Metalúrgicos do Porto;**  
**Metalúrgicos de Braga;** Lanifícios de Lisboa; Lanifícios de Castelo Branco; Artes Gráficas do Porto e Carregadores de Tráfego de Lisboa

#### de Serviços:

Ajudantes de Despachante; Bancários de Lisboa; Bancários do Porto; Bancários de Coimbra; Caixaeiros de Lisboa; Escritórios de Lisboa; Escritórios do Porto; Escritórios de Setúbal; Escritórios e Caixaeiros de Santarém; Escritórios e Caixaeiros de Leiria; Jornalistas; Propaganda Médica; Seguros de Lisboa; Seguros do Porto e Ferrovários dos Serviços Centrais

Os 23 sindicatos presentes eram das seguintes zonas:

8 de Lisboa; 5 do Porto; 3 do Centro; 2 do Sul; 2 do Norte e 3 de âmbito nacional

Destes Sindicatos 7 eram de indústria e 16 de serviços.

Na 4.ª reunião compareceram os seguintes sindicatos:

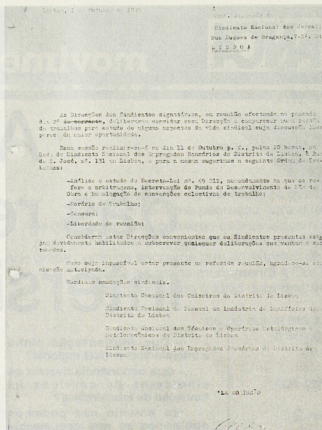
#### de Indústria:

**Lanifícios de Lisboa;** **Metalúrgicos de Lisboa e Metalúrgicos de Braga**

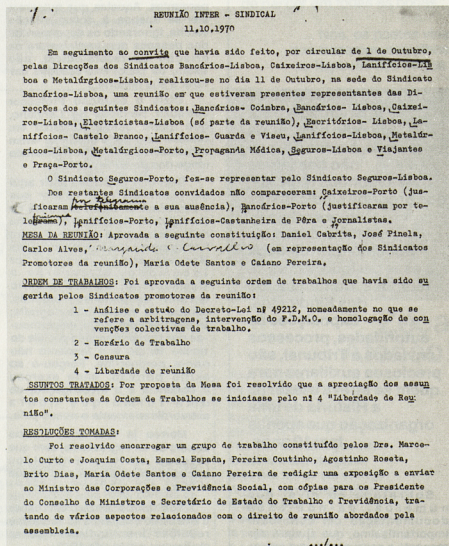
#### de Serviços:

**Bancários de Lisboa;**  
**Bancários do Porto;** Bancários de Coimbra; Caixaeiros de Lisboa; Escritórios de Lisboa e Escritórios e Caixaeiros de Leiria; Ferrovários dos Serviços Centrais; Jornalistas; Propaganda Médica; Seguros de Lisboa; Serviço Social e Ordem dos Engenheiros

Os 15 Sindicatos presentes eram das seguintes zonas:



**A convocatória de primeira reunião intersindical foi emitida a 1 de Outubro e a reunião realizou-se a 11**







# A participação dos juristas democratas na actividade da CGTP-IN

Os juristas democratas tiveram um significativo papel nas lutas conduzidas pela Intersindical desde a sua fundação até aos nossos dias.

No 10.º aniversário da Intersindical quisemos ouvir a dr.ª Ana Vale e o dr. Joaquim Costa.



Ana Felo Vale

Através da luta jurídica, os juristas democratas deram um contributo importante na luta mais geral contra o regime fascista. É exemplo disto o apoio que deram à Intersindical e à acção desenvolvida pelos sindicalistas no campo da contratação colectiva, na defesa dos direitos dos trabalhadores nos conflitos de trabalho e contra as prepotências governamentais que impediam a eleição de direcções da confiança dos trabalhadores para os sindicatos.

Há que referir ainda o contributo que os juristas deram no apoio à luta reivindicativa dos trabalhadores nas empresas; cito, a título de exemplo, a luta dos trabalhadores da Abelheira que durante cerca de oito meses ocuparam as instalações da fábrica para obterem as indemnizações a que tinham direito. Com esta participação, foi possível aos juristas adquirirem, junto dos trabalhadores, uma experiência e uma vivência que muito os enriqueceu.

A Intersindical teve o mérito de chamar à luta antifascista juristas democratas de diferentes opções políticas.



Joaquim Costa

Comecei a prestar serviço no Sindicato dos Bancários do Sul em Abril de 1970. Foi contratado pela Direcção eleita em 1968, que, depois de vicissitudes de vária ordem, havia conseguido tomar posse. E foi na qualidade de advogado daquele Sindicato que tomei parte em diversas reuniões intersindicais, destinadas a assumir posições colectivas sobre aspectos comuns das lutas laborais.

Particpei, portanto, na reunião de 11 de Outubro de 1970, na sede do Sindicato dos Bancários, na Rua de S. José, em Lisboa, na qual se institucionalizou a Intersindical.

A característica fundamental dessas reuniões foi a procura inteligente de um consenso eficaz que permitisse o avanço. Tal atitude convocou à Intersindical um número cada vez maior de Sindicatos, fortalecendo o movimento.

A força da Intersindical foi-se afirmando a tal ponto que o poder começou a temê-lo, até porque percebeu traduzir uma linha unitária de actuação. E logo se abateu a repressão oficial sobre a ainda incipiente estrutura organizativa. As reuniões foram proibidas e houve que adaptar uma adequada linha de actuação para manter minimamente actuante aquela estrutura, o que se conseguiu.

A actividade na Intersindical foi, até, considerada subversiva pela PIDE/DGS. Conheço alguns casos de processos de repressão política, julgados no Tribunal Plenário, nos quais se mencionavam supostas participações nas actividades da Intersindical.

O certo é que a perseverança, serenidade e inteligência de alguns dirigentes verdadeiramente representativos, conseguiram transportar a Intersindical até ao 25 de Abril, apta a desenvolver a sua actividade, sem dúvida importante nos avanços verificados posteriormente.

Termos em que e sobretudo nos que V. Ex.ª doutamente supriro, deve ser anulado total ou parcialmente, nos termos ditos, o acto recorrido, portaria n.º 734/73 e Estatuto que encerra.

JUNTA-SE: procurações, cópia da Portaria, duplicados legais. REQUERE-SE: a notificação do Secretário de Estado do Trabalho, a quem deverá ser entregue o competente duplicado.

(Com isenção de custas por elas estarem isentas as entidades recorrentes)

#### Os Advogados

Ana Felo Vale; Francisco Salgado Zenha; José Pinheiro Lopes de Almeida; Orlando Marcelo Curto; Francisco Marcelo Curto; Mariano Roque Laia; Joaquim Ortigão; Mário Brochado Coelho; Herculano Rodrigues Pires; Laura Vaz Lopes; Joaquim Correia; José Maria Roque Lino; José Manuel Galvão Teles; José Augusto Rocha; Fonseca Viegas; Alberto Vilaça; Artur Cunha Coelho; Jorge Sampaio; Humberto Soares; Lino Lima; Luís Naveira Santos; Margarida Carmona; Orlando Juncal; António Macedo; António Monteiro Taborde; Vilhena de Andrade; Sousa e Castro; Rui Polónio Sampaio; José Luís Nunes; Mário Cal Brandão; Macedo Varelo; Arnaldo Mesquita; Armando Bacelar; Armando de Castro; António Guarda Ribelro; Macalata Malheiros; Levy Baptista; A. Pessanha Gonçalves; J. Henrique Varela; A. Oliveira e Sousa; Afonso de Sousa; Humberto Lopes; Madeira Lopes; Martins Leitão; Miguel Bastos; António Cortes Simões; Pedroso Lima; Vítor Wengorovluis; Castro Caldas; José Magalhães Godinho; Manuel João da Palma Carlos.

Cópia da última página do recurso da Portaria 734/73, subscrita por 51 juristas, que corajosamente tomaram posição ao lado dos sindicatos contra o governo de Marcelo Caetano

A  
Á  
R

«Sen  
centr  
alta r  
e que  
dem  
pens  
1.º s  
a nos  
será

Aiva  
des an  
const  
necor  
vector

Aiva  
decorr  
o nos  
crítico  
em qu  
encont  
perde  
passav  
intern  
Natu  
de 19  
mente  
a CGT  
lugar  
intern  
é ma  
a pro  
em est  
coope  
sindic  
e com  
existir  
intern  
mesm  
3 con  
taram  
o 25  
de d  
coope  
época

# ALAVANCA internacional

## ÁLVARO RANA

**«Sendo a CGTP-IN uma central sindical da mais alta representatividade e que pratica uma efectiva democracia sindical, pensamos que no 1.º semestre de 81 a nossa adesão à C.E.S. será um facto.»**

**Alavanca** - A solidariedade internacional tem sido ao longo dos dez anos da CGTP-IN uma presença constante. Propunhamos que desenvolvesse este importante vector da vida da nossa central.

Álvaro Rana - No período que decorreu durante o tempo do fascismo, o nosso movimento sindical democrático, mesmo nas difíceis condições em que se desenvolveu, conseguiu encontrar os meios e as formas de não perder o contacto com o que se passava no seio do movimento sindical internacional.

Naturalmente que com o 25 de Abril de 1974 se criaram condições totalmente diferentes que permitiram que a CGTP-IN pudesse encontrar o seu lugar próprio no movimento sindical internacional. A partir daquela data, é manifestamente evidente a preocupação constante da CGTP-IN em estabelecer as melhores formas de cooperação com todas as centrais sindicais dos mais diversos países e com as diferentes correntes que existem no seio do movimento sindical internacional. Aliás, esta posição foi mesmo exposta às delegações das 3 confederações mundiais que visitaram Portugal, imediatamente após o 25 de Abril.

Todas elas manifestaram o desejo de cooperar com a Intersindical nessa época, reconhecendo as dificuldades

com que se debatia após um período tão prolongado de dominação fascista. Se nas intenções todas elas se pronunciaram desta maneira, depois na prática isso não se veio a verificar. Na realidade, havia quem entendesse que a par da ajuda que nos fosse prestada deveria corresponder por parte da Intersindical a aceitação de condições que, eventualmente, nos pretendessem impor. Alguns problemas surgidos, por essa altura, encontram explicação nesta incorrecta concepção. Explica, também, o facto de hoje mantermos relações normais com duas das centrais sindicais mundiais, ou seja a FSM e a CMT, o que não acontece ainda com a CISL, sendo embora esse o nosso desejo, aliás claramente reafirmado no último Congresso realizado pela CGTP-IN em Março deste ano.

Convém, entretanto, observar que existem várias confederações sindicais nacionais que se situam numa posição autónoma como a nossa, face às 3 mundiais, com as quais a CGTP-IN mantém excelentes relações de amizade, como são os casos, entre outras, por exemplo da central sindical jugoslava, da UGT da Argélia e da SOHYO do Japão. A CGTP vê, como extremamente importante, o seu relacionamento estender-se aos diferentes continentes. Este é um aspecto a que damos muita importância, a CGTP tem relações estabele-

cidas com centrais sindicais de todos os continentes e, dentro desses continentes, de diferentes sensibilidades. É uma prova eloquente da diversidade de relações que a CGTP-IN tem no seio do movimento sindical internacional.

Em relação ao assunto central da tua pergunta poderia começar por me referir à solidariedade que recebemos durante os longos e penosos tempos do fascismo.

Temos em diversas oportunidades salientado esse facto. Pela nossa parte, o contributo da nossa solidariedade é praticamente sistemático desde a libertação do País em 25 de Abril. O apoio total que temos dado, em todas as oportunidades, à luta dos trabalhadores chilenos e à sua organização de classe, a CUT, de que recordo a grande Semana de Solidariedade realizada em Setembro de 1974 em que se efectuaram mais de cem reuniões por todo o País. Muitas outras iniciativas têm sido promovidas pela CGTP-IN, de solidariedade com os trabalhadores e a CNT do Uruguai, para com os trabalhadores do Brasil, em relação aos problemas do Médio-Oriente, principalmente com a Federação dos Sindicatos da Palestina e a FENASOL do Líbano, em relação à África Austral que de apoio ao povo da África do Sul, na sua luta contra o infame regime de apartheid, quer aos povos do Zimbábue e da Namíbia, na sua luta



pelas independências, como ainda em muitas outras situações que seria exaustivo estar a enumerar neste momento.

Focarei apenas mais dois casos brutais, recentemente verificados, em que de novo a CGTP está cumprindo o seu dever de solidariedade para com os trabalhadores da Bolívia e da Turquia.

**Alavanca - Todos os casos que citaste se referem a acções de solidariedade da CGTP-IN para com a luta dos povos em situações de ditadura fascista. Gostariamos que te referisses também às acções de cooperação e solidariedade desenvolvidas pela Inter sindical no que respeita quer aos trabalhadores dos novos países africanos de língua portuguesa quer aos da Europa Capitalista.**

**Álvaro Rana** - Reveste-se de mais significativa importância o tipo de relações que se estabeleceram entre a CGTP-IN e as centrais sindicais dos novos países africanos que optaram pela língua portuguesa, como língua oficial. Este é um aspecto extremamente interessante que se verifica no caso do movimento sindical internacional. A CGTP-IN tem, quer com a UNTA de Angola, quer com os sindicatos de Moçambique, quer com a UNTG da Guiné-Bissau, quer com a UNTCV de Cabo Verde e com os sindicatos de S. Tomé e Príncipe, relações extremamente fraternais. Este entendimento perfeito prova que, nem o colonialismo e o fascismo associados, nem as suas criminosas guerras, conseguiram impedir que entre os trabalhadores portugueses e os trabalhadores dos novos países

africanos se formassem laços que se fortaleceram na luta comum e que deram lugar a relações de grande amizade pautadas por idênticos princípios de classe.

Referindo-me agora ao que se passa no continente europeu, é do conhecimento público que há mais de um ano pedimos a nossa adesão à Confederação Europeia dos Sindicatos (CES). E tomámos esta opção porque temos a consciência de que somos trabalhadores que vivem num país que pertence ao continente europeu. E que por isso mesmo temos o direito e o dever de contribuir para a solução dos problemas deste continente. De contribuir para uma solução que sirva efectivamente os trabalhadores da Europa. E isso é tanto mais importante para nós quanto temos sempre presente a existência de muitas centenas de milhares de trabalhadores portugueses emigrados em diversos países europeus.

**Alavanca - Falaste da central sindical do continente europeu; a propósito, quais são, neste momento, os obstáculos que se levantam à nossa integração na CES?**

**Álvaro Rana** - A nossa adesão à CES encontra-se, neste momento, num impasse devido a uma decisão da estrutura executiva da CES, tomada em Junho deste ano, que remeteu a resolução deste problema para o 1.º semestre de 1981. Não se conhecem os obstáculos, a não ser o de uma decisão que foi adiada. Decisão esta que pela primeira vez foi assumida pela estrutura executiva como tal e sobre quase todos os pedidos de candidaturas que existiam. Estiveram em

apreciação 18 candidaturas, algumas foram consideradas inaceitáveis, duas foram aceites e a maioria, entre as quais a nossa, ficou suspensa para a decisão no 1.º semestre de 1981.

**Alavanca - E quais foram as razões que estiveram na base da decisão de considerar certas candidaturas inaceitáveis?**

**Álvaro Rana** - Bom, foram consideradas como organizações sindicais que não tinham uma prática sindical que desse garantias de não porerem em causa os princípios que a CES defende. Pela análise feita, concluíam que essas centrais não teriam uma prática conforme os princípios defendidos pela CES.

No nosso caso, e dada a realidade de a CGTP-IN ser uma central sindical da mais alta representatividade e que pratica uma efectiva democracia sindical, realidade que cada vez é melhor conhecida no seio das diferentes centrais sindicais filiadas na CES, pensamos que no 1.º semestre de 81 a nossa adesão será um facto. A ser assim, a CES engrossará as suas fileiras, passando a contar com a semagora de milhares de trabalhadores portugueses que não se pouparão a esforços para contribuir para a resolução dos problemas que atingem toda a Europa Ocidental.

Por outro lado, a CGTP-IN sempre aliou o seu pedido de adesão à necessidade de cada vez mais impulsionar a luta pela crise económica engendrada pelo sistema capitalista e pela acção nefasta das sociedades multinacionais e, sobretudo, as suas consequências, o desemprego, a fome, o profundo agravamento das condições de vida

## A propósito... dos acontecimentos na Polónia

Os acontecimentos recentes que atravessaram a Polónia tiveram uma enorme e séria repercussão ao nível do dia-a-dia de comum dos cidadãos e do próprio futuro das estruturas da sociedade polaca.

Com efeito, o teor e o alcance das medidas tomadas pelas responsáveis daquele país parecem corresponder ao nível e à amplitude do movimento grevista que se alastrou por toda a Polónia durante várias semanas. Reagindo às desajustadas decisões da administração estatal em matéria alimentar, os principais bastiões do proletariado polaco, aqueles que sempre se des-

tacaram na implantação e consolidação do Poder, agrícola e popular, participaram activamente em todas as acções com vista a corrigir as múltiplas deficiências que se faziam sentir a vários níveis da estrutura social. O papel decisivo que a classe operária tem, teve assim uma contundente demonstração.

A República Popular da Polónia atravessa de há anos a esta parte uma deficiente situação económica. Para além dos problemas conjunturais, a economia polaca, em razão da sua dependência tecnológica do Ocidente (principalmente da RFA, França e Grã-



-Bretanha) é particularmente sensível às oscilações inflacionárias, ao aumento das matérias-primas e, dum a maneira geral, às repercussões da crise capitalista que acentua algumas das suas carências em bens alimentares e de equipamento. A dívida da Polónia para com o Ocidente ultrapassa os 20 bilhões de dólares. A agricultura polaca, constituída em boa parte por pequenas propriedades camponesas, encontra também de muitas dificuldades que originam uma baixa produção, a rarefação de produtos no mercado e o inevitável recurso à importação para fazer face

à procura sempre crescente.

No entanto, a instável situação económica não explica por si só as razões da súbita cólera operária e as formas que escolheu para se manifestar. O problema é mais profundo e tem que ver também, como foi por todos reconhecido, com os erros graves, os desvios e sobretudo com os múltiplos atentados à democracia socialista cometidos em muitas empresas, administrações e alguns sectores do aparelho estatal.

Tadeusz Fiszbach, responsável da região de Gdansk, na sua intervenção durante a reunião do comité central do POUW (1) confirmaria que «o mal-estar crescente e o conflito social democrático que explodiu em Gdansk não fora obra de dissidentes, estando a sua verdadeira causa na degradação do nível de vida da população do litoral mas igualmente na extrema centralização das decisões, nos erros da planificação, na deficiente gestão da

das classes trabalhadoras que, como é hoje evidente, são problemas que não encontrarão fácil resolução se as organizações de cada país se isolarem das dos restantes países. A resolução destes problemas passa pela conjugação de esforços de todas as organizações sindicais, procurando de uma vez por todas que na vasta região geográfica abrangida pela Europa Ocidental os trabalhadores vejam respeitados os seus direitos humanos e vivam com total dignidade e não sejam mais os habitantes da Europa ao serviço das sociedades transnacionais e dos grandes monopólios.

Tem sido aliás face a esta necessidade incontestado que a CGTP-IN, considerando embora muito importante a sua inserção na CES, não tem descurado todavia a sua participação activa em todas as iniciativas que visem minorar os efeitos desta situação junto dos trabalhadores europeus, nomeadamente empenhando-se na realização e participação em encontros, reuniões e fóruns com as mais diversas organizações sindicais europeias, filiadas ou não na Confederação Europeia dos Sindicatos. Nesta perspectiva queria realçar a nossa actividade conjunta com as principais organizações sindicais francesas, nomeadamente no domínio da emigração.

**Alavanca - Referiste-te já por várias vezes à importância que a CGTP-IN confere à procura constante da unidade no seio do movimento sindical internacional. Propunhamos agora que desenvolvessem um pouco esta questão, particularmente no que se refere**

**à evolução, positiva ou negativa, que ela tem tido nos últimos 10 anos.**

**Álvoro Rana** - De facto, a constatação da importância da unidade surgiu-nos não só após o 25 de Abril, mas já nas difíceis condições da clandestinidade que enfrentámos durante o fascismo. Já nessa altura não dissociávamos a liberdade sindical da unidade sindical.

Não foi difícil apercebermo-nos que quanto maior era a nossa coesão mais dificuldades encontrava o regime fascista. E a CGTP-IN nasceu, é bom não o esquecermos, militando no seu seio trabalhadores com as mais diferentes categorias profissionais e as mais diversas concepções ideológicas, e essa foi a realidade que sempre procurámos preservar mesmo após nos termos libertado do fascismo.

Dizíamos e dizemos que, se é compreensível a existência dum pluralismo partidário dado que existem classes sociais diferentes que têm interesses e objectivos diferentes e mesmo antagónicos, já não se encontra justificação para que se defenda esse mesmo pluralismo no seio do movimento sindical, cujo objectivo fundamental é o de organizar os trabalhadores para se oporem à exploração a que estão sujeitos nos sistemas de economia capitalista.

A necessidade sentida pelos trabalhadores de se organizarem e de se unirem, a nível de cada país, como forma eficaz de se oporem aos seus exploradores, toma-se, hoje em dia, cada vez mais imperiosa também a nível de cada continente e a nível de todo o mundo, em presença da sistemática internacionalização do capital que se encontra poderosamente organizado, como é visível nas soci-

dades multinacionais e nos grandes monopólios.

O facto de existirem confederações mundiais distintas significa desde logo que os trabalhadores também se encontram divididos por diferentes organizações sindicais de âmbito nacional. A nosso ver, a actual situação não ajuda, antes pelo contrário, a que muitas vezes os trabalhadores tenham força bastante para se oporem aos intentos dos seus inimigos de classe.

Exemplo concluinte deste facto é o caso das multinacionais. Não é fácil travar uma luta isolada num país contra uma sociedade multinacional que tem os seus tentáculos estendidos por diferentes países. Os trabalhadores que têm estado envolvidos em conflitos com empresas desta natureza, têm a percepção clara da importância de se lutar pela unidade do movimento sindical internacional.

Nos últimos dez anos a luta pela unidade registou progressos mas encontra ainda muitas dificuldades.

Mas a situação real revela-nos que existem ainda muitos escolhos no acesso à unidade do movimento sindical internacional. Podemos dizer mesmo que no seu seio ainda existem aqueles que estão mais interessados em fazer ressuscitar um clima de guerra fria do que em contribuir para que os trabalhadores encontrem as melhores formas de se entenderem e de unidos lutarem pela resolução dos problemas que mais gravemente os afectam.

Contudo, é importante também que se diga, o seu número é cada vez menor e são cada vez mais os que se empenham em encontrar plataformas de entendimento.

economia, na burocratização (sobretudo nos sindicatos) e nas imperfeições da democracia socialista».

Fortemente contestados, os sindicatos polacos consideraram as críticas operárias fundamentalmente justas porque na realidade, e segundo o afirmou o seu presidente interino, o metalúrgico Romuald Jankowski, «os sindicatos durante estes anos defenderam pouco eficazmente os interesses directos e as necessidades dos trabalhadores». A braços com a sua própria reestruturação interna, os sindicatos polacos reclamam uma lei sindical que lhes conceda novos poderes mas sobretudo o direito de veto efectivo às decisões governamentais em matéria económica.

Na realidade, o aprofundamento da democracia socialista exige entre outros aspectos a efectivação da participação operária a todo o nível da vida económica mas principalmente a nível das empresas e dos

sindicatos, cuja actividade se pretende democrática e autónoma. Foram justamente estas conquistas que os trabalhadores pretendiam ver respeitadas na República Popular da Polónia, usando um instrumento aparentemente inusitado em país socialista: a greve. E quem poderá criticá-los?

A reacção dos trabalhadores polacos, a assinatura dos acordos de Gdansk, mas sobretudo o sentido das responsabilidades e a capacidade de diálogo revelada por ambas as partes, são alguns dos aspectos mais salutares de uma luta que se iniciou em princípios de Julho e cuja significação ultrapassa as fronteiras da Polónia.

Olhos atentos seguiram em todo o mundo avidamente o desenrolar dos factos que se prolongaram por quase dois meses em que as greves e as ocupações de fábricas se sucediam em ritmo constante. Dirigentes como Jan Sztydiak, presidente dos Sindicatos, Tadeusz Wrzaszczyck,

presidente da Comissão do Plano e o próprio primeiro-ministro Babuch foram alguns dos que tiveram que renunciar a prosseguir os seus mandatos, outros foram pura e simplesmente destituídos.

No entanto, todos os problemas da Polónia, alguns deles bem antigos, não estão assim por si só resolvidos. Tudo vai depender dos próprios polacos e da profundidade das alterações introduzidas.

Contra todas as vicissitudes e algumas foram bem sangrentas como é o caso da ocupação nazi-fascista durante a 2ª Guerra Mundial, o povo polaco, a golpes de génio, soube manter bem vivo o espírito nacional e a sua cultura riquíssima. Assim será no futuro...

No quadro de uma solidariedade de classe que não conhece fronteiras, a CGTP-IN e o todo o Movimento Sindical Unitário não repugna reconhecer, com o sentido de responsabilidade que

o caracteriza, os erros, as deficiências e as limitações aos princípios da democracia onde quer que elas se verifiquem. No entanto, não podemos também deixar de reconhecer (e esperamos que outros em bom espírito democrático o façam connosco) que a maneira absolutamente dialogante, calma e pacífica como tem estado a ser solucionado tão amplo conflito social é reveladora da natureza das relações que devem caracterizar uma sociedade socialista.

Porque, enfim, quis o acaso que simultaneamente em França, os pescadores de Dunquerque, Boulogne, etc., em luta pelas suas reivindicações e pela salvaguarda do emprego, tivessem tido outro tipo bem diferente de diálogo, ao qual também as autoridades portuguesas se estão a pouco e pouco havendo.

Augusto Silva  
(1) Partido Operário Unificado de Polónia

**Alavanca** - Passadas em revista algumas das grandes questões que hoje se colocam ao movimento sindical internacional, gostaríamos que se referíssemos aos objectivos por que a CGTP-IN se propõe continuar a lutar a nível internacional, no futuro.

**Álvoro Rana** - O papel que a CGTP-IN se propõe prosseguir, a nível internacional, seguindo uma constância de orientação que pensamos tem sido positiva, é dar o seu contributo no percurso dos difíceis caminhos da unidade, sendo ponto assente que, para nós, a unidade não é algo de abstracto, mas antes um objectivo concreto. A unidade que queremos construir alia-se na intensificação do nosso trabalho nas diferentes frentes em que temos estado empenhados, onde se procura a resolução dos problemas concretos que afectam os trabalhadores.

Unidade que se impõe face ao agravamento da crise económica gerada pelo sistema de economia capitalista, de que o imperialismo tem plena consciência não ser já possível esconder o seu carácter intransigente.

Na realidade, os grandes beneficiários da crise económica instalada nos países de sistema capitalista são os grandes grupos do capital monopolista e, em primeiro lugar, as sociedades transnacionais que retiram daí o consistente aumento dos seus fabulosos lucros e consequentemente do seu poder económico.

Conflitos localizados, golpes de Estado, intensificação das tensões entre Estados, têm sido armas retiradas do arsenal do imperialismo para desviar as atenções da causa central - a sua responsabilidade exclusiva no agravamento da crise profunda e definitivamente instalada na sociedade capitalista.

É nesse sentido que se devem entender as novas aventuras em que se lançaram a deram lugar ao clima particularmente conturbado que se tem vivido na actual conjuntura política internacional.

Quaisquer que sejam os processos a que recorra, é-lhe contudo cada vez mais difícil esconder que é sobre os trabalhadores, sobre o seu nível de vida, a sua segurança de emprego e as suas condições de vida e de trabalho que recaem as principais consequências da crise.

Os países em vias de desenvolvimento são particularmente atingidos pela ordem económica ditada pelo imperialismo e pelas sociedades transnacionais, mas hoje em dia os seus efeitos fazem-se também já sentir de forma acentuada nos países industrialmente desenvolvidos.

O panorama actual caracteriza-se por níveis de inflação elevadíssimos e por percentagens de desemprego dramáticas. É cada vez maior o número dos que sofrem a fome, o analfabe-

tismo e a miséria, e ascende a vários milhões o número de pessoas que, anualmente, são vitimadas em consequência da estratégia do imperialismo.

Se é certo que existe diversidade e mesmo divergência de pontos de vista, sobre certos problemas particulares, é também igualmente verdade que as diferentes correntes do movimento sindical têm, pelo menos em teoria, posições muito aproximadas em relação às questões mais sentidas pela generalidade dos trabalhadores.

É pela consumação desta orientação que a CGTP-IN norteará a sua actividade a nível internacional, não regateando esforços para que este objectivo se concretize. Prosseguirá também o relacionamento com o grande número de organizações com quem mantém estreitas relações que procurará intensificar e estender a outras organizações com as quais não foi, até ao momento presente, possível estabelecer contactos regulares de cooperação.

**Alavanca** - Para terminar, diz-me algo sobre a contribuição da CGTP-IN na luta pela Paz e o Desarmamento.

**Álvoro Rana** - Considerando que a natureza do movimento sindical é de tratar da defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores, pensamos que essa defesa intransigente dificilmente poderá ser realizada se depararmos com um clima de guerra. As guerras, que arrastam consigo todo o tipo de horrores e de calamidades põem, logo à partida, em causa uma coisa que é fundamental para os trabalhadores que são os seus direitos. É objectivo central dos trabalhadores

lutarem por uma política de desanuviamento nas relações internacionais. Bom, nesse sentido, tem havido progressos. A partir de 1975, com a Conferência de Segurança Europeia estabeleceram-se acordos que permitem que as relações internacionais se processem com base numa política caracterizada pela procura do entendimento, que tenha como princípio fundamental a realização de conversações, e não os conflitos armados. Pensamos que é fundamental que cada vez mais se materialize este princípio que foi acordado em Helsinque.

É dentro destes parâmetros que a CGTP-IN tem dado o seu contributo procurando que ganhe cada vez maior audiência o reconhecimento da necessidade de diminuir as tensões internacionais, de se pôr termo ao fabrico e à utilização de armas nucleares e de se reduzirem as armas convencionais, como aspectos essenciais para a garantia do estabelecimento das melhores condições de edificação dum clima que não permita pôr em causa a Paz no mundo.

Pela nossa parte, dando continuidade à actividade que temos desenvolvido, participámos recentemente no Parlamento Mundial dos Povos pela Paz que se realizou em Sófia e no «Forum» internacional de sindicalistas que teve lugar no quadro desta importante iniciativa e onde tivemos a grande alegria de ver a CGTP-IN ser eleita, por unanimidade, para integrar a Comissão de Iniciativa que terá a responsabilidade de concretizar os passos necessários à realização urgente da Conferência Sindical Mundial sobre os Aspectos Sócio-Económicos do Desarmamento.



## TURQUIA: O CHARME DISCRETO DOS MILITARES

Pela terceira vez em cerca de 20 anos (1) o povo turco está novamente debaixo da botina dos militares da direita. Sempre com o mesmo pretexto: re- p o r a o r d e m e a tranquilidade, o exército turco e o general Evren tomaram o poder, estenderam a todo o território a lei marcial já em vigor num terço das províncias, dissolveram o parlamento, os sindicatos e os principais partidos políticos até aí legais (alguns nunca haviam podido legalizar-se) e prenderam milhares de pessoas, entre elas o Presidente da DISK, Confederação dos Sindicatos Progressistas da Turquia, Abdullah Basturk. No entanto o novo homem forte afirma não querer perpetuar-se no regime e promete eleições



## A CGTP-IN PRESENTE NO CONGRESSO DO T.U.C.

Uma delegação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional esteve este ano novamente presente nos trabalhos do Congresso anual da confederação Sindical Britânica, o TUC, que se realizou de 1 a 5 de Setembro na cidade inglesa de Brighton.

O Congresso, onde participaram 1203 delegados representando 109 sindicatos e mais de 12 milhões de membros, foi caracterizado por violentas críticas ao «governo reaccionário de Thatcher» apoiado pelos monopólios e pelas multinacionais, e por uma recusa frontal do movimento sindical britânico em aceitar a política de «desastre nacional» levada a cabo «pelo pior governo desde a 2.ª guerra mundial». País que vive uma crise capitalista generalizada, onde a inflação atinge

valores altíssimos e o número de desempregados é agora o mais alto de sempre: 2 001 028. O governo reaccionário de Thatcher ataca todas as grandes conquistas populares velhas de mais de um século e destila o seu ódio contra as nacionalizações, o Serviço Nacional de Saúde, abrindo caminho às multinacionais e ao imperialismo e seus círculos mais agressivos.

Confrontados com uma legislação laboral cada vez mais repressiva, os trabalhadores e o seu movimento sindical tentam fazer face a esta situação organizando a resistência a estas medidas e preparando uma alternativa democrática.

O Congresso do TUC aprovou várias decisões importantes entre as quais ressaltam a recusa do TUC de negociar uma política de restrições salariais que o governo quer impor,

defendendo pelo contrário uma política de rendimentos e preços que possa levar ao combate ao desemprego e não ao ataque aos desempregados, como faz o governo.

## REUNIÃO CIMEIRA CMT-FSM

No quadro dos contactos e encontros periódicos de informação e troca de pontos de vista entre os seus secretários respectivos, a CMT e a FSM encontraram-se em Praga nos dias 18 e 19 de Setembro passado.

As duas delegações, chefiadas pelos respectivos presidentes, constatarão com satisfação a existência de uma vontade comum para prosseguirem a sua cooperação em certos domínios, nomeadamente sobre as questões da Reforma Agrária e das sociedades transnacionais.

Por outro lado, a CMT e a FSM concordaram na necessidade de prestarem uma atenção particular ao desenvolvimento da solidariedade e ao incremento das acções a nível sectorial para a defesa dos postos de trabalho, do poder de

compra e para a melhoria das condições de vida e de trabalho das massas laboriosas.

No decorrer do seu encontro, tanto a CMT como a FSM reiteraram a sua vontade comum de cooperarem a nível da OIT e de tudo fazerem para que sejam postas em prática as conclusões da Conferência Mundial para a Reforma Agrária e da Conferência Sindical Mundial para o Desenvolvimento (1).

Elas concordaram ainda na necessidade de uma acção com vista ao desenvolvimento e ao progresso social.

Após analisarem a situação sindical internacional, as delegações chefiadas por Marcel Papin, Presidente da Conferência Mundial do Trabalho e Sandor Gaspar, Presidente da Federação Sindical Mundial, constatarão que os direitos sindicais são violados em numerosos países e em diferentes continentes, razão pela qual se justifica uma acção sindical mais relevante a nível internacional.

A renovação do movimento sindical internacional, preocupação fundamental para ambas, foi outro dos temas debatidos no encontro.

(1) Realizadas respectivamente em 1979 em Roma e em 1980 em Bagdad, ambas com a participação da CGTP-IN.

e um governo civil para breve. O golpe militar que já recebeu o discreto «agrément» dos militares da NATO, está no entanto a embaraçar círculos militares e políticos de vários países. Coincidência ou não, o *putsch* deu-se no segundo dia do início das manobras outonais da NATO «Anvil Express 80» em território turco, tendo sido o também o Departamento de Estado americano quem em primeiro lugar anunciou o golpe e o derrube do governo turco. Estranhas coincidências tratando-se de um país com várias bases americanas e da NATO e que, após a queda da ditadura de Reza Pahlevi no Irão, viu aumentar a sua importância estratégica.

Num atermo de democracia após um período de governos

militares desde 1971, a Turquia vivia um clima de violência quase permanente que havia feito mais de 40 000 mortos nos últimos anos. As principais vítimas do terrorismo, obra de organizações fascistas como a NAP, eram os homens políticos, sindicalistas, estudantes e a intelectualidade progressista.

A intensificação do terrorismo tornou-se um problema crucial para a Turquia. Os assassinatos, os raptos, as execuções sumárias, os atentados bombistas praticados por grupos para-militares visavam claramente a instabilidade e o golpe fascista.

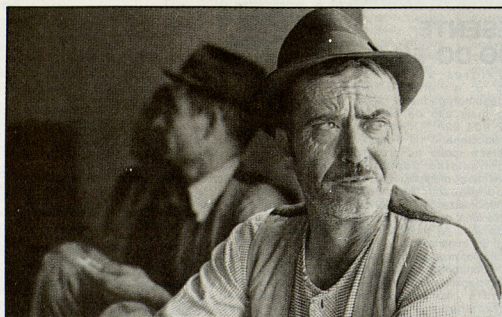
O governo de B. Ecevit posteriormente o de Demirel mantiveram-se perfeitamente impassíveis apesar da imprensa publicar

as fotos e os nomes dos autores dos atentados e do próprio governo reconhecer que a maior parte dos terroristas pertenciam ao «Partido Nacionalista» e à «Associação Idealista». Com um substrato económico poderoso que lhe advém das suas ligações com os sectores mais reaccionários da burguesia turca, o terrorismo, devidamente conjugado com a crise económica particularmente aguda, era apenas um apêndice da manobra que visava suprimir as liberdades na Turquia.

A braços com vários desequilíbrios, com um desemprego crescente e uma curva inflacionária bastante pronunciada, a Turquia é também um país capitalista atrasado em todos os domínios da vida política, económica e social.

Com um défice no comércio externo bastante elevada, durante o governo de Bülent Ecevit ela recorre às «receitas milagrosas» do FMI, o que teve como resultado uma política de austeridade e a diminuição dos investimentos e das exportações. Pais destinado ao turismo e à agricultura (como pretendia o FMI), a Turquia viu degradar-se rapidamente o nível de emprego, rarearem as matérias-primas os bens de consumo e os produtos energéticos, ao mesmo tempo que aumentavam os preços, se acentuava a miséria das massas trabalhadoras e a ruína dos pequenos e médios industriais, comerciantes e agricultores.

(1) Os outros dois golpes militares foram em 1960 e 1971.



**CERROMAIOR,**  
de  
**Luis Filipe Rocha,**  
Grande Prémio

## Cinema Português na Figueira da Foz

No 9.º Festival Internacional de Cinema da Figueira da Foz, acontecimento relevante no panorama cultural do país, o cinema português, com a maior participação de sempre no certame, foi o grande vencedor. O clima geral era auspicioso para o cinema português: na nova sala inaugurada em Lisboa pela Cinemateca, estava em curso um panorama do cinema português, desde as origens. Oxalá, de António Pedro de Vasconcelos, era bem recebido no Festival de Veneza. O Príncipe com Orelhas de Burro, de António Macedo, iniciava, num cinema da capital, uma série de estrelas anunciadas para a presente temporada, apontando (enfim!?)... para certo desbloqueamento nos circuitos de distribuição e exibição relativamente aos nossos filmes. Na Figueira, de 12 a 21 de Setembro, foram projectadas mais de 100 fitas (19 portuguesas), apresentando-se mais de 40 a concurso (3 portuguesas, todas premiadas); realizaram-se, como é habitual, vários debates, nomeadamente sobre os filmes nacionais.

### OS PREMIADOS

O Grande Prémio atribuído a uma obra de ficção, foi para **Cerromaior**, de Luis Filipe Rocha, adaptado da obra de Mauel da Fonseca. Não sabemos se mais nos impressionou a grande qualidade estética da obra que recita, num rigoroso discurso de hoje, um Alentejo cercado, magoado, revoltante e revoltado mas também pacífico, de fins dos aos 30, a evocar-nos profundamente o Alentejo de hoje, ou o espantoso salto qualitativo que **Cerromaior** representa na evolução do jovem cineasta, em relação ao seu filme anterior (**A Fuga**, 1977).

Do trabalho sobre as personagens de Manuel da Fonseca, que assumem nova densidade, à harmonia entre não

profissionais e profissionais, no plano da direcção de actores, do encontro numa linguagem fílmica a um tempo elaborada e clara com um argumento de intervenção despido de demagogias, às belíssimas imagens de João Abel Aboim (uma revelação)... assim é feito **Cerromaior**, um dos raros grandes filmes portugueses dos últimos anos.

Para já, **Cerromaior** estará no Forum de Berlim; espera-se a sua oportuna conversão em 35mm. para a distribuição normal, a fim de que a generalidade do público, a quem se destina, possa apreciá-lo.

**Manhã Submersa**, de Lauro António, baseado no romance homónimo de Vergílio Ferreira, foi galardoado com o prémio CIDADALC (Centro Internacional para a Difusão das Artes e Letras pelo Cinema). Ai se denuncia a instituição religiosa que é o seminário, em íntima ligação com outras instituições opressivas (família burguesa, exército fascista). O pequeno



António, natural duma aldeia serrana, enviado pela mãe e pela madrinha – a senhora da região – para um seminário, opta pela liberdade, por ela se sacrificando voluntariamente, a afirmar a determinação humana contra a força dum destino imposto; assim nos parece muito bem achada a introdução da música de Verdi (A Força do Destino), articulada com um enquadramento natural agreste e dominador, que acentuam a asfixia do universo em que António se move e fazem contraponto ao seu gesto final libertador.

Pode dizer-se que Lauro António chega ao primeiro plano do cinema português com esta primeira longa-metragem, em passo curto mais seguro e certo. Após a transmissão televisiva, em episódios, o público terá oportunidade de ver o filme neste começo de temporada. **Manhã Submersa**, que já estivera presente na Quinzena dos Realizadores, em Cannes, será o primeiro filme que apresentamos no Festival de Los Angeles, perante a comissão que propõe anualmente candidaturas aos óscares da Academia de Hollywood.

**Bom Povo Português**, de Rui Simões, recebeu na Figueira um segundo prémio, na secção «imagens e documentos». Entre um parto e um funeral, situam-se alguns dos momentos mais significativos do nosso processo revolucionário, entre Abril/74 e Novembro/75, numa perspectiva anarco-sindicalista. Após **Deus, Pátria, Autoridade**, Rui Simões construiu esta obra mais elaborada, mais poética, menos panfletária, que deixa caminho aberto à esperança quando conclui que, nos lugares onde se cristalizou no passado (exemplo da escola primária da aldeia que surge no fim), desponta uma tímida consciência da resposta a porquês fundamentais.

*Cena de MANHÃ SUBMERSA, de Lauro António, sério concorrente premiado pelo CICALC (Centro Internacional para a Difusão das Artes e Letras pelo Cinema)*



Trata-se contudo duma esperança no espontaneísmo como solução revolucionária, utopia que a História contradiz.

### ... E OS OUTROS

**Kilas, o Mau da fila**, de José Fonseca e Costa, abriu oficialmente este 9.º Festival. Fonseca e Costa estreou-se na longa metragem em 1971, com uma das mais interessantes obras da geração de cineastas portugueses surgida nos anos sessenta (**O Recado**) e o seu filme era aguardado com expectativa, depois de dois anos de atribulada rodagem.

**Kilas** figura-se nos o grande e bem conseguido arranque que tardava, a partir da única herança cinematográfica que temos: a comédia lisboeta de costumes, dos anos 40/50. **Kilas** (Mário Viegas) é amante duma artista de variedades, Pepsi Rita (Lia Gama), à custa de quem vive, instalados ambos em casa da madrinha (Milú); ele lidera um pequeno grupo de filhos da noite. O seu «nome de guerra» deriva de killers (assassinos, vilões das séries negras americanas, que lhe servem de fontes de inspiração). As personagens são portanto marginais que, nas palavras do autor: «(...) reflectem (...) o que podem ter sido os bombistas na

passagem por Lisboa (...) e, por outro lado, correspondem a certos aspectos da noite lisboeta». Mostrado posteriormente no II Festival Internacional do Filme Ibérico e Ibero-Americano (Biarritz), **Kilas**, o mau da fita, recebeu aí uma menção honrosa.

**Velhos são os Trapos**, de Monique Rutler, inseriu-se na mostra designada por Presença do Cinema Português, como os restantes filmes que referiremos. «(...) documento sobre a terceira idade – o seu quotidiano, os seus problemas, as suas esperanças. (...) Fazendo a pontuação da reportagem, misturamos uma ficção composta por três personagens pertencentes a uma classe desfavorecida». Com estas palavras, Monique – uma

francesa há bastantes anos em Portugal – dá conta das preocupações que a levaram a realizar este filme e também do que ele é. A ternura e o respeito com que os «seus» velhos e velhas são tratados e a dimensão estética dum olhar discreto, contido, marcam uma obra que o público recebeu comovido.

**Crónica de Emigrados**, de Manuel Madeira (português radicado em França), uma produção independente, relata a organização e actividades da comunidade portuguesa que se reúne na Associação Portugal Novo, de Colômbes, constituída por centenas de imigrantes portugueses, esta associação tem por fim preservar a herança sociocultural duma comunidade marginalizada.



**BOM POVO PORTUGUÊS**, de Rui Simões, 2.º Prémio na secção **Imagens e Documentos**

# Até sempre... Santareno

Vencido no combate contra a morte, após penosos sofrimentos, foi a sepultar, em 31 de Agosto, o grande

Marinheiro», «O Pecado de João Agonia», «A Traição do Padre Martinho», «Escritor, Português, 45 Anos de Idade», «O Judeu»,



O PECADO DE JOÃO AGONIA, levado à cena no Teatro Nacional em 1969

dramaturgo Bernardo Santareno, autor, entre outras, das peças: «A Promessa», «O Crime da Aldeia Velha», «António

«O Punho» (estas duas ainda não representadas, sento a segunda – inspirada nos feitos heróicos dos obreiros da Reforma



Agrária – a sua última obra, inédita).

Antifascista de longa data, denodado lutador pela liberdade, o nome de

Bernardo Santareno fica tão ligado às letras, ao teatro, à cultura portuguesa, como ao combate das forças democráticas em Portugal, antes e depois de 25 de Abril; à data da sua morte, Santareno era dirigente do MDP/CDE e pertencia aos corpos gerentes da Sociedade Portuguesa de Autores; nesta qualidade integrava a Comissão Nacional do Festival Sincial de Teatro Amador e foi membro do júri da 1.ª edição do Festival (em 1978), realizado pela CGTP-IN.

A perda de Santareno, foi como luz que se extinguiu nas fileiras da resistência ao «reino da estupidéz» personificado pelo velho poder (e pelo «novo», que as recentes eleições reforçaram). Rebarbaram-lhe a vida, não só a doença mas também as perseguições e prisões de que foi alvo, a censura apertada, mesquinha, que as suas obras sofreram (que ele sofreu), o insulto à inteligência, de velhos e novos mandrins.

Além do nosso pesar, pela perda do homem, do escritor-combatente, companheiro de luta, ficam-nos o seu exemplo e a sua obra, pelo que dizemos: até sempre, Santareno.



Cinema pobre, referência de fenómenos sociais, a **Crónica** de M. Madeira resulta documento importante neste país de emigração, a divulgar junto das comunidades portuguesas no estrangeiro.

**A Culpa**, de António Vitorino de Almeida e **Verde por Fora Vermelho por Dentro**, de Ricardo Costa, obras de estreia dos respectivos autores na longa-metragem, são dois filmes falhados, pesem embora as intenções de intervenção política progressista subjacentes. Pensamos que Vitorino de Almeida poderá fazer melhor; quanto ao segundo filme, é o descalabro: pretensioso, afilido de mau gosto, dum mediocridade onde os próprios actores navegam, perdidos (o

próprio Rogério Paulo tem dificuldade em aguentar-se). Cremos que mais lhe valera ficar pelos planos que suportam o genérico, dum melancia, às talhadas (verde por fora e vermelha por dentro).

**Passagem ou a melo caminho**, de Jorge Silva Melo e **Mudas Mudanças**, de Saguenail, remetem para a procura de novos discursos cinematográficos, de difícil apreensão para a maioria do público. Se da experiência de **Mudas Mudanças** só se salva, a nosso ver, a fotografia de Elso Roque, aprofundando-se o resto num confusionalismo maçador, já o trabalho de Silva Melo revela algum talento, dum homem cuja actividade fundamental tem sido o teatro mas cujo amor ao cinema – domínio em que se diplomou – vem de longe. Nessa **Passagem**... assimilam-se vivências no seio do movimento estudantil de fins dos anos 60, começos dos anos 70

em Portugal (que o Jorge viveu pela rama, o que no filme é notório), ao encontro do dramaturgo alemão Büchner com estudantes que elaboraram um dos primeiros textos socialistas, «O Mensageiro de Hesse».

Finalmente, uma retrospectiva da obra completa de **Manoel de Oliveira**, com vários projecções da obra-prima **Amor de Perdição**, culminou num colóquio internacional, realizado nos dois últimos dias. A Manoel de Oliveira foi atribuída a medalha de ouro do **Cidalc**, distinção que contemplou anteriormente autores como Louis Lumière, Chaplin e Jean-Luc Goddard, entre outros. Apesar das péssimas condições de trabalho no sector, provou-se nesta 9.ª edição do Festival da Figueira que o cinema português está vivo. Não podemos permitir a sua asfixia.

Elisabete França

LÉ - ASSINA E DIVULGA

**ALAVANCA**

a revista  
dos trabalhadores

informação  
cultura  
divulgação

órgão  
geral  
dos trabalhadores  
portugueses  
intersindical  
nacional

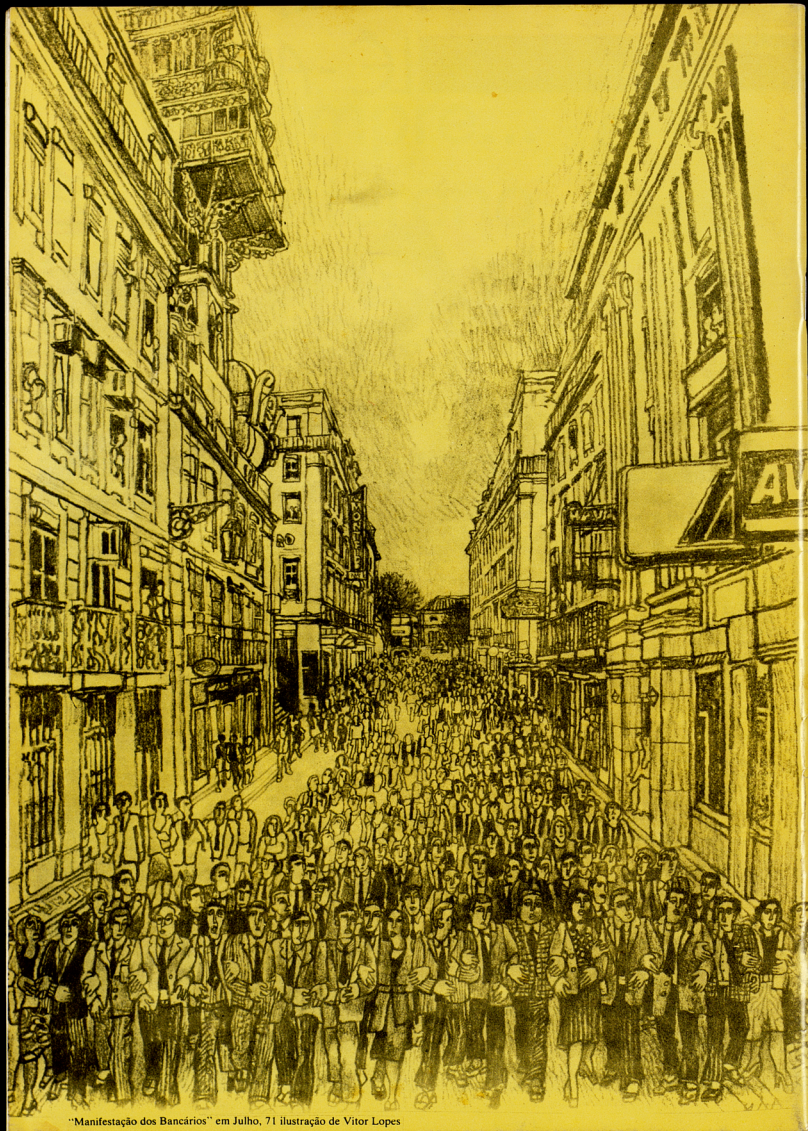


se desejas receber informações escreve!

NOME .....	.....
PROFISSÃO .....	..... IDADE .....
MORADA .....	.....
LOCALIDADE .....	..... TELEFONE .....
.....	

(assinatura)

ALAVANCA - RUA VICTOR CORDON, n.º 1-2 - 1294 LISBOA (codex)



"Manifestação dos Bancários" em Julho, 71 ilustração de Vitor Lopes